

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ.
Departamento de Ciências da Informação
Curso de Biblioteconomia

CAMILE DE ANDRADE GOMES

**UMA CRÍTICA À LITERATURA DE AUTO-AJUDA:
o embasamento através da cultura e leitura**

**FORTALEZA
2007**

CAMILE DE ANDRADE GOMES

**UMA CRÍTICA À LITERATURA DE AUTO-AJUDA: o embasamento
através da cultura e leitura**

Monografia apresentada ao Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Tadeu Feitosa

FORTALEZA
2007

...a Deus. Sem
...apesar de todas as
...mas sem ele, com certeza
...angos que cruzaram meu caminho.
...bibliotecário Jonathan Carvalho, pelo conselho e
...o único.
...Aos profissionais das diversas instituições por onde trabalhei, que
...e complementaram o meu dia a dia.
...condições de trabalho.

A todas aquelas pessoas que, apesar de todas as
adversidades, não esqueceram que O Ser é mais
importante que O Ter...

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus. Sem Ele nada seria possível.

Aos meus pais, pois apesar de todas as dificuldades, souberam mostrar o lado íntegro e de real valor nessa vida.

Ao Beto, grande amor, pois sem ele, com certeza tudo perderia um pouco do sentido.

Aos grandes amigos que cruzaram meu caminho, principalmente Taty, Célia e ao grande profissional bibliotecário Jonathas Carvalho, pela constante presença e disponibilidade nesse momento tão único.

Aos profissionais das diversas Instituições por onde trabalhei, que cruzaram meu caminho e complementaram o ensino de meus pais.

Aos professores dessa Universidade que me ensinaram os caminhos a percorrer, principalmente ao meu orientador Tadeu Feitosa.

E para todos que apesar de não saberem, me fizeram ser o que sou.

SENTIMOS

Sentir primeiro, pensar depois
Perdoar primeiro, julgar depois
Amar primeiro, educar depois
Esquecer primeiro, aprender depois
Libertar primeiro, ensinar depois
Alimentar primeiro, cantar depois
Possuir primeiro, contemplar depois
Agir primeiro, julgar depois
Navegar primeiro, aportar depois
Viver primeiro, morrer depois

(Mário Quintana)

RESUMO

O presente trabalho faz uma crítica à literatura de auto-ajuda, tendo suporte da abordagem sobre cultura e leitura, pois a auto-ajuda está relacionada a diversos fatores culturais, de leitura que necessitam de uma análise mais consistente para embasar esta crítica. A problemática do referido trabalho é fruto dos seguintes questionamentos: Quais as pretensões da criação da literatura de auto-ajuda? O que leva a literatura de auto-ajuda a conquistar tantos seguidores e consumidores de seus produtos? Quais as críticas feitas a essa teoria e que tipos de malefícios esse gênero pode causar a humanidade? O objetivo do trabalho é analisar a literatura de auto-ajuda no contexto da indústria cultural e cultura de massas, mostrando a influência desse gênero na vida das pessoas, como se identifica esse tipo de literatura, bem como seu aspecto comercial. Neste estudo foi aplicado o método de natureza exploratória com abordagem qualitativa. A pesquisa consta de revisão bibliográfica. O primeiro capítulo faz uma explanação sobre cultura, destacando suas origens, histórico, evolução conceitual, a cultura de massas e indústria cultural relacionada ao consumo. No segundo fazemos uma análise sobre leitura, enfatizando um breve histórico e uma breve análise conceitual, assim como a relação entre leitura e criticidade e as políticas de incentivo à leitura. No terceiro a abordagem é sobre a literatura de auto-ajuda, mostrando uma visão histórica, conceitual, a identificação da produção de auto-ajuda, visões favoráveis e desfavoráveis e a relação entre auto-ajuda e Indústria Cultural.

Palavras-chave: Auto-ajuda. Cultura. Leitura. Indústria Cultural. Consumo.

ABSTRACT

This work is a criticism of the literature of self-help, and support of the approach on reading and culture, as the self-help is linked to various cultural factors, in reading that need a more consistent analysis to embasar that criticism. The problem of this work is the fruit of the following questions: What are the demands of the creation of the literature of self-help? What drives the literature of self-help win many followers and consumers of their products? What are the criticisms made to this theory, and what kinds of harm that may cause gender humanity? The goal of the work is to analyze the literature of self-help in the context of the cultural industry and culture of bodies, showing the influence of gender in people's lives, how to identify this type of literature, and its commercial aspect. In this study the method was applied exploratory in nature with qualitative approach. The survey consists of bibliographic review. The first chapter gives an explanation on culture, highlighting its origins, history, conceptual development, culture and mass cultural industry related to consumption. In the second we do an analysis of reading, emphasizing a brief history and a brief conceptual analysis, and the relationship between reading and criticality and policies to encourage reading. The third approach is on the literature of aid, showing a historic vision, conceptual, the identification of the production of self-help, favorable and unfavorable views and the relationship between self-help and Cultural Industry.

Keywords: Self-Help. Culture. Reading. Industry Cultural. Consumption.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
2 A CULTURA E SEUS PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS.....	13
2.1 As Matrizes da Cultura e seus Processos Evolutivos.....	14
2.1.1 Cultura: breve evolução conceitual	16
2.2 Cultura de Massas e Indústria Cultural: uma relação voltada para o consumo.....	21
3 A CULTURA DA LEITURA E DOS PROCESSOS LEITORES.....	26
3.1 Breve histórico da leitura no Brasil: abordagem a partir da chegada da Coroa Portuguesa.....	27
3.2 Leitura: uma análise conceitual.....	31
3.3 Leitura no Brasil: a necessidade de uma relação estreita com a criticidade.....	33
3.4 Políticas de incentivo a leitura no Brasil: as propostas do Governo Federal.....	38
4 A LITERATURA DE AUTO-AJUDA E O IMAGINÁRIO DO LEITOR.....	51
4.1 Breve histórico da literatura de auto-ajuda: realidade imposta ou solução real?.....	52
4.2 Literatura de auto-ajuda: breve análise conceitual.....	56
4.3 Como identificar um texto de auto-ajuda: as visões, polêmicas e divergências sobre essa Literatura.....	59
4.4 Literatura de auto-ajuda: produções atreladas à Indústria Cultural.....	64
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
REFERÊNCIAS.....	72

1 INTRODUÇÃO

A literatura de auto-ajuda vem ganhando nas últimas décadas proporções muito grandes de vendas de livros, comerciais de TV, rádio, internet e principalmente de seguidores da idéia, pois aparenta ter uma estratégia de auxílio na resolução dos problemas dos indivíduos.

Chagas (2001, p. 15) fala que “a literatura de auto-ajuda tem seus primeiros indícios em meados do século XIX, entretanto, encontra seu apogeu em tempos atuais. O referido fenômeno tem provocado opiniões conflitantes nos últimos tempos. É exaltado por uns e abominados por outros”.

A literatura de auto-ajuda conquistou grande parte do mercado editorial brasileiro e vem ganhando destaque entre os livros mais vendidos em todo o mundo. Os temas desse gênero são muito instigantes e persuasivos, pois apresentam técnicas minuciosamente trabalhadas para conquistar a atenção e prioridade do leitor. Os temas são os mais variados possíveis: “Como Fazer Amigos E Influenciar Pessoas”; “Como Evitar Preocupações e Começar a Viver”; “O Sucesso Não Ocorre por Acaso”; “O Poder do Pensamento Positivo”; “Você Tem o Poder de Alcançar Riquezas”; “Pés no Chão, Cabeça nas Estrelas”, “Emagreça Comendo”, dentre outros.

O presente trabalho faz uma crítica à literatura de auto-ajuda, tendo como suporte as abordagens conceituais sobre cultura e leitura, pois o fenômeno da auto-ajuda está relacionado a diversos fatores culturais, entre os quais aqueles que envolvem comportamentos e práticas de leitura, fatores importantes de serem levados em conta para uma análise mais consistente que embasem esta crítica.

Quais as razões que levam a elaboração deste trabalho? Podemos definir que a problemática do referido trabalho é fruto dos seguintes questionamentos: Quais as pretensões da criação da literatura de auto-ajuda? O que leva a literatura de auto-ajuda a conquistar tantos seguidores e consumidores de seus produtos? Quais as críticas feitas a esse tipo de literatura e que tipos de comportamentos esse gênero pode causar nas pessoas?

Vale ressaltar que a inspiração para o desenvolvimento do presente trabalho ocorre a partir das reflexões e discussões oriundas das aulas do curso de Biblioteconomia, tendo o destaque das disciplinas de História do Livro e das Bibliotecas (segundo semestre) e História da Cultura e dos Meios de Comunicação (terceiro semestre) – atualmente chamada de Cultura e Mídia.

O objetivo deste trabalho é analisar a literatura de auto-ajuda no contexto da indústria cultural e da chamada “cultura de massas”, mostrando a influência desse gênero na vida das pessoas, analisando-se como se identifica esse tipo de literatura, bem como refletindo sobre seu aspecto comercial.

Neste estudo foi aplicado o método de natureza exploratória com abordagem qualitativa. Ocorre uma ênfase nas realidades dos sujeitos, exigindo um mínimo de estrutura e um máximo de envolvimento do pesquisador, já que ela tenta atingir aquelas pessoas cujas experiências estão sendo estudadas. Segundo Gil (1999, p. 43) “As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

A pesquisa também consta de revisão bibliográfica (mostra a atualidade do tema, ressaltando o posicionamento dos autores). De acordo com Lakatos e Marconi (2006, p. 66) “A sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi dito, escrito ou filmado sobre determinado assunto”. Nesse sentido, Köche (1997, p. 122) reforça que o objetivo da pesquisa bibliográfica é “conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre um determinado tema ou problema, tornando-se instrumento indispensável a qualquer tipo de pesquisa”.

O primeiro capítulo deste trabalho traz uma explanação sobre cultura, destacando suas origens, histórico, evolução conceitual, a cultura de massas e a indústria cultural relacionada ao consumo. Ressaltamos que a cultura é um componente histórico bastante significativo para a humanidade e está relacionado a uma série de fatores sociais, educativos, políticos, econômicos, morais que norteiam a humanidade.

É com a Antropologia, em fins do século XIX, que a cultura passa a vitalizar suas raízes, seu histórico e avaliações conceituais mais consistentes. As concepções antropológicas mostram a cultura por diversos aspectos, através de crenças, regras, normas e outros.

No segundo capítulo faz-se uma explanação sobre a leitura, abrindo espaço para um breve histórico e uma breve análise conceitual. No mesmo capítulo abordamos alguns tipos de leitura, dando ênfase a relação entre leitura e criticidade, pois será fundamental para o entendimento do trabalho, pois é a criticidade que traz observações contrárias ao que é pregado pela Indústria Cultural e a literatura de auto-ajuda. Por fim, falamos das políticas de incentivo à leitura desenvolvidas pelo Governo Federal, enfatizando o PROLER (um dos mais antigos e que subsiste até hoje) e o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) que parece ter um dos discursos mais consistentes sobre os Programas já elaborados pelo Governo.

Porém, a pretensão é mostrar que os programas criados pelo governo até possuem um discurso esteticamente bem construído, mas está longe de uma aplicação à nossa realidade e muito distante de oferecer às pessoas (estudantes, crianças, idosos e trabalhadores, dentre outros segmentos da sociedade) uma visão crítica do mundo, ou seja, uma opinião interpretativa, inovadora, visando transformar os rumos da sociedade.

O terceiro e último capítulo aborda a leitura de auto-ajuda, também falando sobre seu histórico, que é oriundo principalmente do Sistema Capitalista do século XIX, onde valores como a dualidade dominante/dominado (burguesia/proletário) estava ganhando pleno destaque e incitando nas pessoas um individualismo que vem se manifestando na atualidade. Avalia-se também um conceito de auto-ajuda buscando explicar que depende da visão de cada leitor, mas que a definição desse gênero passa diretamente por valores, como: individualismo, comércio, manipulação e outros fatores.

Em seguida, fala-se sobre a identificação de uma leitura de auto-ajuda e algumas visões contrárias e favoráveis de alguns teóricos a essa teoria. Essa parte é muito importante para o trabalho no sentido de dar uma identidade a esses livros, ajudando o leitor a como perceber um livro ou teoria de auto-ajuda, bem como ver como tem se comportado alguns estudiosos sobre os rumos e ações da auto-ajuda no contexto global. Este aspecto nos remete ao seguinte: a literatura de auto-ajuda está diretamente relacionada à Indústria Cultural,

visando predominantemente o comércio e lucros para empresários, editores, autores, marketeiros, publicistas, propagandistas e outros profissionais.

Percebe-se que estes três capítulos compõem uma relação tríplice, onde um capítulo vai dando embasamento para o outro. O capítulo sobre cultura tem proximidade com o de leitura no sentido de que a banalização da cultura tem sido mostrada através das produções textuais, visando a comercialização em massa de livros e os projetos de leitura não têm buscado uma criticidade, uma conscientização da população.

O capítulo sobre cultura está diretamente relacionado ao de auto-ajuda e vice-versa, pois a intenção é trabalhar no primeiro os aspectos referentes à Cultura de Massas e Indústria Cultural, visando aplicá-lo à literatura de auto-ajuda e aos modos como ela deseja influenciar comportamentos.

O capítulo sobre leitura se relaciona com o de auto-ajuda, no intuito de mostrar que as políticas de leitura, a História da Leitura no Mundo e no Brasil têm mostrado os motivos pelos quais grande parte das pessoas têm optado por uma literatura sem criticidade, que estimula valores, como o individualismo, agindo através de uma forte manipulação da Indústria Cultural aos leitores.

Portanto, este trabalho mostrará algumas das implicações culturais não apenas dos hábitos de ler, mas também das implicações mercadológicas nesse contexto da leitura. Entender comportamentos é compreender que eles são moldados pelas culturas e pelos contextos históricos nos quais literatura e leitura estão envolvidos. Assim, a literatura de auto-ajuda enquadra-se num segmento comportamental que reflete a cultura contemporânea, cada vez mais enredada com necessidades de resolução simbólica dos muitos problemas que o sujeito contemporâneo enfrenta. A literatura de auto-ajuda insere-se nesse contexto como sendo uma das facetas da indústria cultural que promete “salvações” a consumidores cada vez mais angustiados.

2 A CULTURA E SEUS PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS

Este trabalho não se propõe a abordar as muitas variáveis dos processos culturais e nem dar conta de todas as variações dos conceitos de cultura. No entanto, abordar o que leva as pessoas a optarem por um determinado tipo de leitura e os muitos comportamentos que a leitura provocou e ainda provoca no curso de sua história reclama o mínimo de reflexão sobre a cultura e seus processos culturais, notadamente aqueles que moldam as sociabilidades, os comportamentos e as mentalidades.

Assim sendo, muitos dos elementos comportamentais dos leitores de livro de auto-ajuda, bem como os conteúdos de suas páginas, são resultantes das marcas de seu tempo. Por esse motivo, apresentamos aqui algumas reflexões sobre a cultura e seus processos “socializadores” ou “civilizadores”.

Abordamos a cultura neste trabalho entendendo que é um conceito importante para a compreensão do processo de aprendizado do indivíduo, seja na escola, na família ou na sociedade de maneira geral. É o ponto chave para mostrar o início da atividade humana de forma consciente e integrada, através do uso e construção de símbolos, normas e outros diversos processos de significação.

É a partir da perpetuação desses fatores – o modo como a humanidade constrói sentidos para sua vida e constroem seus cotidianos – que podemos decretar a origem e o desenvolvimento da cultura.

Toda cultura tem uma gênese e se embasa em muitas matrizes daquilo que hoje entendemos como marcas culturais ou construtos simbólicos de um povo. Assim, para entendermos as suas raízes, seu desenvolvimento, sua dinâmica e o processo evolutivo dos conceitos, faz-se necessário um recorte nas teorias e conceitos sobre os quais muitos antropólogos centraram seus interesses de pesquisa.

2.1 As Matrizes da Cultura e seus Processos Evolutivos

A cultura tem diversas interpretações, conceitos e abordagens e os estudiosos do assunto, notadamente os antropólogos, oferecem diversas teorias sobre a mesma. Uma das preocupações quase unânimes desses estudiosos se refere à origem da cultura.

Santos (2006) questiona que, para os antropólogos, a cultura pode ser lida em vários níveis. No primeiro deles, compreende características de comportamento que são exclusivas dos seres humanos em relação a outras espécies. Também traz consigo a noção de comportamento aprendido e ensinado, em vez de instintivo. Num segundo nível, refere-se à capacidade humana para gerar comportamentos e especialmente à capacidade da mente humana de gerar uma quase infinita flexibilidade de reações, através de seu potencial simbólico e lingüístico. Por isso, recentes interpretações de cultura enfatizam a fonte cognitiva do comportamento humano.

White (1955 apud LARAIA 1992) afirma que:

Todo comportamento humano se origina no uso de símbolos. Foi o símbolo que transformou nossos ancestrais antropóides em homens e fê-los humanos. Todas as civilizações se espalharam e perpetuaram somente pelo uso de símbolos. Toda cultura depende de símbolos. É o exercício da faculdade de simbolização que cria a cultura e o uso dos símbolos que torna possível a sua perpetuação. Sem o símbolo não haveria cultura, e o homem seria apenas animal, não um ser humano.

Nota-se que existe uma trilogia formada a partir da relação homem-símbolo-cultura, pois o homem é um ser pensante, mas que só produz cultura quando é estimulado pelos símbolos. A relação entre os outros dois fatores é mais intrínseca: é que o símbolo e a cultura, em alguns casos ganham uma relação recíproca, ou seja, muitas vezes para se compreender o símbolo é preciso ter noção da cultura que o criou.

Por exemplo, na cultura brasileira é permitido por lei o casamento apenas entre o homem e a mulher, enquanto na Holanda o casamento homossexual é permitido. Isso ocorre por causa dos símbolos estabelecidos pela cultura de cada país. Já em alguns países asiáticos, um homem pode casar-se com várias mulheres, desde que tenha condições de oferecê-las

sustento. Percebemos aí uma clara condição de que existe, em alguns casos, uma variação dos símbolos de acordo com a cultura constituída.

Observa-se que existem outras teorias que falam sobre as origens da cultura. Por exemplo, o antropólogo Claude Lévi-Strauss considera que a cultura surgiu a partir da primeira regra criada pelo homem, que seria a proibição do incesto, padrão de comportamento designado a todas as sociedades humanas, pois proíbem a relação sexual de um homem com algumas categorias de mulheres, que em nossa cultura são a mãe, a filha e a irmã. (LARAIA, 1992).

O estabelecimento dessas regras ou normas foi fazendo com que a sociedade começasse a obedecer alguns padrões determinando a cultura de cada sociedade. Mas eis que surge um grave problema: o desenvolvimento das regras e da cultura como um elemento dominador, ou seja, o controle de alguns indivíduos sobre essas regras e atividades culturais, concretizando a realidade das desigualdades, tanto sociais, como culturais, educacionais, informacionais e de diversas ordens.

O surgimento de instituições, de organizações, de entidades e de autoridades, como o Estado, por exemplo, faz com que as regras representem apenas os interesses de um setor da sociedade e com que as hierarquias cresçam e se intensifiquem, tornando a cultura um elemento de manipulação e dominação.

No entanto, sabemos que a cultura é um instrumento necessário e um dos fatores primordiais para a existência e desenvolvimento da humanidade. Sabemos também que, infelizmente, alguns indivíduos têm se aproveitado dessas regras para controlar a cultura ao seu modo. O que acontece com o desenvolvimento dessas regras é que a diferença entre os homens move a dinâmica da cultura, causando transtornos, desigualdades e benesses para a evolução da humanidade.

É com a cultura que o homem passa a depender mais do seu aprendizado do que de ações previamente estabelecidas, assim como é a cultura que determina o comportamento humano. Outra questão é que o homem age de acordo com os seus padrões culturais, mas tendo a capacidade de se adaptar a outros ambientes dependendo da realidade que está experimentando.

Colocamos estas duas teorias que falam sobre a origem da cultura e da dinâmica de desenvolvimento dos homens, pois são importantes para estimular o debate, mas temos a noção de que existem outras visões sobre a origem da cultura.

Tratemos agora sobre os conceitos relativos à cultura, ou melhor, a evolução dos conceitos de cultura.

2.1.1 Cultura: breve evolução conceitual

A cultura, embora apresentada por alguns estudiosos, como tendo seu início a partir do desenvolvimento e evolução do cérebro humano, adquire um conceito significativo no período da Idade Moderna nos diversos países europeus.

Thompson (1995, p.167) faz breve um relato sobre a evolução do conceito de cultura dos séculos XVI a XIX:

Os primeiros usos nos idiomas europeus preservaram algo do sentido original de cultura, que significava fundamentalmente, o cultivo ou o cuidado de alguma coisa, tal como grãos ou animais. Do início do século XVI em diante, este sentido original foi estendido da esfera agrícola para o processo de desenvolvimento humano, do cultivo de grãos para o cultivo da mente. Entretanto, o uso independente do substantivo "cultura", referindo-se a um processo geral ou ao produto deste processo, não era comum até o fim do século XVIII e início do século XIX. O substantivo, como independente, apareceu primeiro na França e na Inglaterra; e, no fim do século XVIII, a palavra francesa estava incorporada ao alemão, grafada primeiramente como *Cultur* e, mais tarde, como *Kultur*.

Observamos que o termo cultura vem da Idade Moderna, entre os séculos XVI e XVIII, tendo por base a questão agrária, mais precisamente o cultivo de grãos, tendo adaptado a uma nova realidade de cultivo ou desenvolvimento da mente. O termo foi criado no continente europeu (França e Inglaterra) e ainda era muito limitado para se fazer uma reflexão mais complexa.

É na Idade Contemporânea – a partir do início do século XIX – que o termo cultura se amplia um pouco, estando direta ou indiretamente associado ou mesmo contrastado com o termo civilização, que também foi empregado inicialmente na França e Inglaterra, a partir do século XVIII. Nesse período, cultura era também utilizada em trabalhos que buscavam oferecer histórias universais da humanidade, significando um aperfeiçoamento das qualidades físicas e intelectuais de um indivíduo.

Em fins do século XVIII e início do XIX podemos utilizar a seguinte definição para o termo cultura na visão de Thompson (1995, p. 170): é o processo de desenvolvimento e enobrecimento das faculdades humanas, um processo facilitado pela assimilação de trabalhos acadêmicos e artísticos e ligado ao caráter progressista da era moderna.

Percebe-se que a cultura vai ganhando uma associação direta com o trabalho intelectual e acadêmico, tão valorizado nas universidades espalhadas pelo continente europeu. Tanto é que ainda hoje muitas pessoas associam, mesmo que seja de forma limitada, a definição de cultura a uma realidade acadêmica e intelectual, baseada no engrandecimento mental do ser humano. Como se verá mais adiante, também a história da leitura e os comportamentos que ela provoca recebe a influência da cultura e seus processos civilizatórios. Aliás, a própria prática leitora é um processo arraigado de uma busca por uma espécie de “civilidade”.

Este conceito proporciona ampliar as visões sobre cultura, passando para um debate em um campo macro, pois notamos que esse processo histórico do início da Idade Moderna, referente ao cultivo de idéias, da valorização da mente foi se aperfeiçoando e adquirindo ligação no início da Idade Contemporânea (fins do século XVIII) a uma idéia mais acadêmica. É do cultivo das idéias que nasce a chamada história das mentalidades. A mentalidade da leitura nasce nesse momento. Do mesmo modo, a valorização da mente é ensejada pelos discursos sobre o valor da leitura, como se verá mais adiante.

O grande estudioso Edgar Morin (1986, p. 79) oferece duas idéias sobre cultura que contribuem muito para o entendimento do conceito deste termo:

- a) Concebemos a cultura como um sistema metabolizante, isto é, que assegura as mudanças (variáveis e diferenciadas segundo as culturas) entre

os indivíduos, entre o indivíduo e a sociedade, entre a sociedade e o cosmos, etc.

b) Este sistema deve estar articulado ao sistema social em seu conjunto. Pode-se conceber o sistema social global como sistema cultural oposto ao sistema natural; pode-se, igualmente, conceber a cultura como realidade econômica, social, ideológica, etc. e religá-la, assim, às outras dimensões sociais. Vês-se, ao mesmo tempo, que a cultura não é uma superestrutura nem uma infra-estrutura, mas o circuito metabólico que associa o infra-estrutural ao superestrutural.

Observa-se algumas idéias básicas que envolvem o conceito de cultura: a primeira delas é que a cultura age como um processo metabólico, transformador, mas que precisa de ações individuais e coletivas para se desenvolver e a segunda é que a cultura age como um aparelho de estrutura, no sentido de que está ligado a diversos fatores, como o social, educacional, político, econômico, espiritual, etc., pois a cultura é um aglomerado de idéias, de relações que vão se estabelecendo e formando a identidade de comunidades, sociedades, nações, continentes e do mundo.

Entende-se também que a visão pronunciada por Morin, além de ser uma das mais atuais, é uma das mais precisas e coerentes sobre o assunto, pois coloca a cultura como um emaranhado de relações que vão constituindo os indivíduos e as pessoas coletivamente. Ou seja, a cultura não é infra-estrutural ou superestrutural, mas é um canal mediador que relaciona estes dois fatores.

Como o próprio Morin (1986, p. 79) fala “munidos desta concepção da cultura, é que poderemos aventurar-nos à culturálise rudimentar, mas necessária e preliminar da nossa sociedade”.

Ele mostra que a cultura deve ser entendida no seu processo, desde as suas origens, sua natureza de ação e evolução, como explicamos no item anterior. Porém, deve-se atentar para o fato de que a sociedade é policultural, isto é, participa de diversos tipos de cultura, como a nacional, a religiosa, a política, de massas, o que propicia a evolução da cultura e a caracterização da identidade de alguns povos e a crise de identidade em outros, já que também existe na humanidade a cultura da dominação.

Essa cultura da dominação é estabelecida há muito tempo. No sistema capitalista ela ganha força desde o século XIX, na relação dominante e dominado, ou seja, da burguesia e o

proletariado. Mas mesmo nessa relação, houve muitas mudanças que foram sendo aperfeiçoadas e constituindo a atual realidade cultural.

A reunião dessas visões nos proporcionou chegar a uma das idéias mais amplas que temos sobre cultura, principalmente pelo fato deste termo ter sido incorporado, no fim do século XIX, à nova disciplina denominada antropologia. O conceito de cultura é muito ligado a essa disciplina, principalmente por que a mesma tem em um dos seus principais ramos o estudo comparativo da cultura.

Podemos destacar algumas concepções antropológicas de cultura: descritiva, simbólica e estrutural (ou contextualista).

Na concepção descritiva, a cultura foi considerada como o conjunto de crenças, costumes, idéias e valores, bem como os artefatos, objetos e instrumentos materiais, que são adquiridos pelos indivíduos enquanto membros de um grupo ou sociedade. (THOMPSON, 1995, p.173). Esta concepção de cultura contribuiu para uma cultura mais científica, enfatizando as descrições culturais para o estabelecimento de classificações de acordo com as características de herança social, suscitando o surgimento de dois ramos da antropologia: a física e a cultural.

Neste momento, há o fortalecimento das nações européias que ampliaram suas indústrias e o seu mercado. No sistema educacional deste período é notória a influência das idéias do filósofo John Herbart (1776-1841), que preconizava a cientificização da educação, contemplando-a como capaz de resolver os problemas sociais e desenvolver culturalmente o indivíduo. Percebe-se ainda, o florescimento das idéias liberais, surgidas de visões idealistas que vinculavam o acesso cultural às qualidades inatas e às origens de classe social. (NASCIMENTO, 1997).

A ênfase na cultura, enquanto produção de símbolos, encontra em Clifford Geertz (1978), o seu maior representante. As idéias de Geertz foram apoiadas nos pressupostos teóricos de Charles Sanders Peirce (1839-1914), fundador da semiótica. A semiótica defende que "os objetos não regem as representações, mas as representações remetem a outras representações, constituindo aquilo a que chamamos mundo e cultura" (RABAÇA; BARBOSA, 1995).

A partir daí, Geertz (1966 apud LARAIA, 1992) elabora uma interpretação das culturas apoiado na elaboração de significados e interpretações simbólicas, suscitando a concepção semiótica de cultura na antropologia. Desta forma, a concepção simbólica de cultura pode ser entendida de acordo com Thompson (1995, p. 176) como "o padrão de significados incorporados nas formas simbólicas, que inclui ações, manifestações verbais e objeções significativas de vários tipos, em virtude dos quais os indivíduos comunicam-se entre si e partilham suas experiências, concepções e crenças"

Marteletto (1994 apud NASCIMENTO 1997) afirma que neste período, registra-se a frustração dos ideários positivistas de progresso social, que concebia a evolução da sociedade a partir dos avanços tecnológicos, tendo em vista que, ao invés do consenso social, emergiu uma série de questionamentos dos paradigmas epistemológicos da tecno-ciência moderna. Estes questionamentos provocaram a crise de cultura no ocidente fomentada por um discurso crítico que vai buscar na sua expressão material e simbólica, e na estrutura da sociedade da qual ela é a expressão, a dimensão do poder de dominação nela contida. A idéia de cultura se politiza. Desta maneira, o desenvolvimento da antropologia vai delinear concepções de cultura baseadas na descrição de modo mais científico.

A concepção estrutural ou contextualista contempla a cultura segundo Thompson (1995, p. 181) com "o estudo das formas simbólicas - isto é, ações, objetos e expressões significativas de vários tipos - em relação a contextos e processos historicamente específicos e socialmente estruturados dentro dos quais, e por meio dos quais, essas formas simbólicas são produzidas, transmitidas e recebidas".

Nesta perspectiva, a cultura é vista como emanadora de formas simbólicas, vinculada ao veículo ou suporte informacional estruturado socialmente numa determinada realidade, ou seja, a cultura refere-se aos bens simbólicos produzidos e difundidos pelo circuito de distribuição comercial, dentro de um mercado de circulação monetária ou estatal. (Marteletto, 1994 apud NASCIMENTO 1997).

Os bens simbólicos na sociedade midiática, dentro de um contexto capitalista e industrial ocidental, funcionam através de campos culturais, deflagradores de ações e interações de produção, circulação e consumo dos sentidos, onde os indivíduos estão situados

em “determinadas posições dentro de um espaço social e seguem no curso de suas vidas, determinadas trajetórias. Essas posições e trajetórias são determinadas, em certa medida, pelo volume e distribuição de variados tipos de recursos ou ‘capital’” (BOURDIEU apud THOMPSON, 1995, p.195).

Falemos agora sobre Cultura de Massas e Indústria Cultural, no intuito de mostrar uma possível relação entre estes dois assuntos, bem como compreendermos um pouco da banalização da cultura, como intenção predominantemente consumista e comercial.

2.2 Cultura de Massas e Indústria Cultural: uma relação voltada para o consumo

A Cultura de Massas e a Indústria Cultural são termos muito falados na sociedade global, e causam uma série de polêmicas, pois existem visões que apóiam o caráter mais consumista e comercial dos Meios de Comunicação de Massa (rádio, cinema, música popular, livros e outros materiais), enquanto outras fazem uma crítica à realidade do consumo, mostrando uma outra alternativa para a cultura.

Fazendo uma breve retrospectiva sobre a Cultura de Massas no final dos anos 20 e na década de 1930, uma série de manifestações culturais – vinculadas a uma nascente indústria de lazer – surgia, atingindo todos os segmentos sociais do mundo urbanizado. O rádio, o cinema e a música popular avançavam a grandes saltos. Começamos então a viver a chamada Era da cultura de massas.

A utilização dos novos meios de informação, capazes de atingir simultaneamente grandes camadas da população, para divulgar cultura e anúncios, era a principal característica deste fenômeno, que mereceu sérios estudos de suas escolas de pensamento: uma nos Estados Unidos conhecida como Escola de Chicago; e outra, na Alemanha, chamada Escola de Frankfurt. A primeira, preocupada com a maneira como o homem interagiria com essas novas mídias, estudou apenas os aspectos técnico e físico dessa interação, sem entrar na questão de que tipo de conteúdo seria veiculado pelos novos meios de comunicação. Já a Escola de

Frankfurt estava preocupada essencialmente com o conteúdo, compondo terríveis manifestos contra a vulgarização da arte. São célebres os escritos de Adorno e Hockheimer contra a música popular, e o também clássico ensaio de Walter Benjamim contra a possibilidade de manter a aura das obras de arte uma vez que fossem reproduzidas e copiadas pelas novas técnicas de comunicação (GONZAGA, 2003).

Assim, no discurso de Cohn (1977, p. 262), pode-se definir a Cultura de Massas no sentido de:

Designar produtos culturais manufaturados somente para um mercado de massa. Características associadas, mas não intrínsecas à definição são a estandardização do produto e o comportamento de massa no seu uso. A cultura de massa tende à estandardização porque almeja agradar ao gosto médio de uma audiência indiferenciada. Os gostos comuns imprimem forma à cultura de massa.

Nota-se que a cultura de massa tem sido uma maneira de manipulação com relação à venda de produtos. O termo massa é usado principalmente pela apresentação das seguintes características: heterogeneidade e carência de estruturação social. E como nossa população apresenta graves problemas sociais, são terreno fértil para a possibilidade da dominação.

Empresários e o próprio Estado buscavam, nessa cultura de massas exercer essa “dominação cultural”¹, visando ampliar a comercialização de produtos, obtendo lucros. A prova disso é que, enquanto a intelectualidade estava preocupada em discutir como utilizar essas novas mídias, governos, empresários e anunciantes, festejavam o espantoso crescimento do setor.

Baseado nessa Cultura de Massas, em suas condições e ações, a escola de Frankfurt foi responsável por formular o conceito de Indústria Cultural, que seria o modo como a sociedade capitalista manipularia os indivíduos, através dos meios de comunicação de massa, para anular-lhes as individualidades e a capacidade crítica, formando uma massa homogênea que consumiria com mais facilidade poucos produtos culturais, produzidos em larga escala como na indústria tradicional.

¹ Entendemos essa dominação cultural como um meio de manipulação da população de massa (maior parte da população nacional) exercida pela mídia, empresários e o Estado, onde o lucro era um dos principais objetivos.

Em outras palavras, poderemos concordar com Adorno (1999 apud SILVA, 2002) quando este menciona que “contemplava uma geração gravemente doente, onde os sentimentos se transformaram em mercadoria. A ‘Indústria Cultural’ impede a formação de indivíduos autônomos, independentes, capazes de julgar e de decidir conscientemente”.

Adorno (1986 apud BERTONI, 2001) chega a afirmar que:

o cinema e o rádio não precisam mais se apresentar como arte. A verdade é que não passam de um negócio, sendo utilizados como veículos ideológicos destinados a legitimar o lixo que propositadamente produzem. Eles definem a si mesmos como indústrias e as cifras publicadas dos rendimentos de seus diretores gerais suprimem toda dúvida quanto à necessidade social de seus produtos.

Esta "necessidade social" destacada por Adorno seria a busca de uma "identidade coletiva", pela qual o indivíduo precisa consumir os produtos da Indústria Cultural para se sentir parte de um todo. Porém, um todo ilusório, pois esta busca do coletivo, do "sentir-se igual" acaba por reforçar a marginalidade cultural a que está destinada a maioria da população, já marginalizada economicamente. (BERTONI, 2001). Quando a Indústria Cultural privilegia um produto pseudo-artístico padronizado, calculado tecnicamente para surtir efeitos determinados de modo a serem por todos desejados e repetidos, na forma e na medida adequados a garantir o poder e o lucro do sistema dominante, gera uma necessidade compulsiva generalizada que afasta o "não-idêntico" como exótico, indesejado, incômodo ou doente. Tal repetição vem camuflada com outros produtos que, independente da variação aparente repetem os mesmos modelos, esquemas ou características impostas, tendendo a manter o público sob controle, cada vez mais massificado, inconsciente e compulsivamente preso à corrente de produção. (REIS, 1996).

Como consequência dessa massificação, podemos considerar que o fato de se ter acesso somente à cultura de massa acaba por não permitir ao indivíduo a aquisição do conhecimento de outros aspectos culturais que expressam a cultura do povo, seus valores e suas lutas. Portanto, para nós, esta postura de consumo significa estar à margem da cultura como um todo. O indivíduo se sente marginalizado por não compartilhar da aquisição dos produtos ofertados pela Indústria Cultural e, ao mesmo tempo, passa a ser discriminado por não se sentir "idêntico". Ele não percebe que partilhando da "cultura de massa" é que está se colocando à margem do entendimento de sua própria cultura (BERTONI, 2001).

Assim seria necessária a idealização de um conceito que viesse esclarecer um pouco a farsa do movimento da Cultura de Massas, pois o domínio da razão humana passou a dar lugar ao domínio da razão técnica e estética. Os valores humanos são deixados de lado em prol do interesse econômico. A sociedade passa a ser regida pela lei do mercado, em que o “ter” se tornou mais importante que o “ser”, dando lugar ao individualismo, fruto da chamada “Indústria Cultural”.

Podemos dizer que a Indústria Cultural traz consigo todos os elementos característicos do mundo industrial moderno e nele exerce um papel específico que é o de portadora da ideologia dominante, que dá sentido a todo o sistema. O homem, nessa Indústria Cultural, não passa de mero instrumento de trabalho e de consumo, um objeto. O homem é tão bem manipulado e ideologizado que até mesmo o seu lazer se torna uma extensão do seu trabalho (SILVA, 2002); as pessoas não são donas de suas vidas, mas são iludidas ao acreditarem que possuem tudo e que comprando e consumindo são felizes.

Assim, esse fenômeno da Cultura de Massas e Indústria Cultural manipula o povo, mostrando a necessidade do consumo. Um consumo exacerbado, que aliena e substitui os verdadeiros prazeres da natureza humana ao transformar seus produtos em uma pseudo-necessidade.

Um pensamento que explicita de modo claro este pensamento é o de Morin (1997, p. 39), quando afirma que:

O lazer moderno não é apenas um acesso democrático a um tempo livre que era um privilégio das classes dominantes. Ele saiu da própria organização do trabalho burocrático e industrial. O tempo de trabalho enquadrado em horários fixos, permanentes, independentes das estações, se retraiu sob impulso do movimento sindical e segundo a lógica de uma economia que, englobando lentamente os trabalhadores em seu mercado, encontra-se obrigada a lhes fornecer não mais apenas um tempo de repouso e de recuperação, mas um tempo de consumo.

A Indústria Cultural que tem assim, como guia, a racionalidade técnica, a preparação das mentes para um diagrama oferecido por ela mesma. Ou seja, o consumidor não precisa se dar ao trabalho de pensar, é só escolher. Esta é a lógica da felicidade humana - algo que pode

ser comprado, através das fórmulas prontas que são empregadas indiscriminadamente, tendo como principal objetivo o lucro.

É importante frisar que a grande força da Indústria Cultural se verifica em proporcionar ao homem necessidades. Mas, não aquelas necessidades básicas para se viver dignamente (casa, comida, lazer, educação, e assim por diante) e, sim, as necessidades do sistema vigente (consumir incessantemente). Com isso, o consumidor viverá sempre insatisfeito, querendo, constantemente, consumir e o campo de consumo se torna cada vez maior.

Tal dominação tem sua mola motora no desejo de posse constantemente renovado pelo progresso técnico e científico, e sabiamente controlado pela Indústria Cultural. Nesse sentido, o universo social, além de configurar-se como um universo de “coisas” constituiria um espaço hermeticamente fechado. E, assim, todas as tentativas de se livrar desse engodo estão condenadas ao fracasso. Essa visão “pessimista” da realidade é passada pela ideologia do dominando, e não por Adorno. Para ele, existe uma saída, e esta, encontra-se na própria cultura do homem: a limitação do sistema e a estética (SILVA, 2002).

Portanto, entendemos que para Adorno e Horkheimer, grandes pensadores da Escola de Frankfurt, a grande intenção da Indústria Cultural é obscurecer a percepção de todas as pessoas, alienando-as. Ela é a própria ideologia, que se aproveita da condição frágil da natureza humana, como a busca pela felicidade, a solidão, o egoísmo e o individualismo, para obter e espalhar seus tentáculos a fim de se apropriarem da razão daqueles que consomem sem saber e sem pensar os produtos industrializados.

No capítulo a seguir falaremos sobre a leitura, fazendo uma breve explanação história e conceitual de leitura, assim como analisando a leitura crítica, como fenômeno de melhor interpretação da realidade e as políticas governamentais de incentivo à leitura.

3 A CULTURA DA LEITURA E DOS PROCESSOS LEITORES

Apesar deste trabalho não se destinar à explanação da história da leitura, uma vez que seu objetivo principal é ancorar a preferência brasileira por leituras de auto-ajuda, não se pode desvincular as preferências de leitura e suas inclinações das marcas culturais de cada época. Por isso antes de falarmos de leitura no Brasil, abordamos questões acerca da cultura, a fim de fazer a contextualização com os processos de leitura através das épocas e de como esses processos culturais podem interferir nos aspectos contemporâneos de leitura.

Nota-se que a leitura passa por uma série de processos conceituais e históricos que facilitam o entendimento deste termo. Ao mesmo tempo, ocorre uma série de versões sobre leitura que tornam a análise muito interpretativa e às vezes vaga sobre o assunto. Por isso, a leitura não pode ser estudada como fenômeno isolado, já que é uma prática social e está associada a diversos fatores.

Para Chartier (1999, p.8-9):

Os livros e as leituras sempre estiveram envolvidos com os sistemas civilizadores: A hierarquia dos formatos, por exemplo, existe desde os últimos séculos do manuscrito: O grande in-fólio que se põe sobre a mesa é o livro de estudo; os formatos médios são dos humanistas, dos novos lançamentos e o *libellus*, isto é, o livro que se pode levar no bolso, é o livro de preces e de devoção, e as vezes de diversão.

Nesse momento, percebe-se o quanto, até hoje, temos no formato de livros de auto-ajuda um dos motivos de sua propagação: são livros de fácil acesso, para serem levados na bolsa ou no bolso, e que devem sempre estar ao alcance, ou seja, o livro é um elemento prazeroso e não incomoda nossa mobilidade.

Mais uma vez, Chartier (1999, p.24) nos mostra o processo evolutivo da edição e formato de livros:

A leitura antiga é leitura de uma forma de livro que não tem nada de semelhante com o livro tal como o conhecemos, tal como o conhecia Gutemberg e tal como o conheciam os homens da Idade Média. Este livro é um rolo, uma longa faixa de papiro ou de pergaminho que o leitor deve segurar com as duas mãos para poder desenrolá-la.

Na Antiguidade os livros tinham formatos bem rústicos, sendo a preocupação muito mais voltada para a produção e registro, já que os materiais (pergaminho, papiro, entre outros) não eram muito consistentes. Na Idade Média, as produções intelectuais ficaram muito mais restritas em termos de acesso e em termos de criação, principalmente pelo fato de que muitas dessas produções iam de encontro aos dogmas da Igreja Católica.

Já na Idade Moderna, com o advento da imprensa, criada por Gutemberg, a produção livresca se alastra e o livro volta a ser produzido em larga escala, sendo no século XIX ampliada mais ainda pela industrialização da atividade gráfica, e no século XX pela multiplicação das tiragens graças aos livros de bolso.

No Brasil, percebe-se que a análise sobre leitura não é nova e tem estado presente desde a chegada dos Jesuítas ao nosso país, principalmente com o advento das bibliotecas religiosas dos Franciscanos e Beneditinos (MORAES, 2006).

Porém, o destaque do presente capítulo se situa na abordagem a partir da chegada da Coroa Portuguesa em 1808, onde é possível indicar grandes transformações no que se refere a promoção da leitura e cultura no Brasil, já que antes disso o acesso a leitura era restrito aos membros de ordens religiosas e a elite, isto é, um grupo minoritário da sociedade. Daí verifica-se como é necessária a abordagem sobre a história da formação da leitura no Brasil a ser analisada no item a seguir.

3.1 Breve histórico da leitura no Brasil: abordagem a partir da chegada da Coroa Portuguesa

É a partir da independência do Brasil, em 1822, que as condições de leitura começam a adquirir um pouco mais de espaço na sociedade, mas sem muitas alterações em virtude do alto índice de analfabetismo, assim como os escassos mecanismos para a difusão de leitores.

Sustentando essa afirmação Lajolo (1998, p. 18) afirma:

Só por volta de 1840 o Brasil do Rio de Janeiro, sede da monarquia passa a exhibir alguns traços necessários para a formação e fortalecimento de uma sociedade leitora: estavam presentes os mecanismos mínimos para produção e circulação da literatura, como tipografias, livrarias e bibliotecas; a escolarização era precária, mas manifestava-se o movimento visando à melhoria do sistema.

É preciso atentar para o fato de que a promoção de leitura não se dá num processo de curto prazo, pois uma sociedade que passou os séculos XVI e XVII com um alto índice de analfabetismo, bem como com acesso e qualidade da escola sendo precários, uma difusão mais ampla da leitura era impossibilitada, inclusive pelo fato de que historicamente não é pretensão do Estado e das autoridades, o investimento maciço na educação de maneira mais ampla e na leitura de modo mais específico. Percebe-se portanto que, também nesse aspecto da promoção da leitura se estabelece aquilo que se afirmou no capítulo anterior: o estabelecimento de princípios norteados pelos processos civilizadores, ensejados pelo peso ordenador do Estado, sempre ditando normas e procedimentos à luz dos processos culturais.

Mesmo nas tipografias, livrarias e bibliotecas, o acesso aos livros era restrito, pois a hierarquia sócio-econômica e política não permitiam que os analfabetos, semi-analfabetos e até mesmo leitores das classes mais baixas tivessem a chance de acessarem esses locais (ou se tivessem acesso era muito restrito) sem uma gama de discriminação por parte da elite do período. Também aqui se vê o peso do processo civilizador descritos por Geertz e outros antropólogos. Isso será fundamental para entendermos os processos comportamentais no âmbito da leitura, de suas história e das práticas leitoras que ela suscita.

Assim, o século XIX termina com o prevalecimento das idéias de limitação no acesso à leitura, que ainda era considerável, pois o número de analfabetos ainda era muito grande. Desses ideais pode-se destacar o Positivismo de Auguste Comte, que propunha os ideais de progresso, mas sem afetar a ordem, tendo o Estado como o referencial.

Mais uma vez com o respaldo de Lajolo (1998, p. 154) sobre a leitura no Brasil em fins do século XIX:

Assim, ao menos aparentemente, o século XIX terminava não muito diferente do modo como iniciara: o aparelho estatal ainda sustentava o funcionamento do sistema editorial, que se proclamavam nacionalista e empenhado na educação da mocidade brasileira, quando via aí um mercado a alimentar ou quando percebia que a presença de concorrentes estrangeiros se

mostrava ameaçadora. A trajetória do livro didático e da escola nesse período reproduz as contradições do modelo capitalista implantado no país, com a peculiaridade de, em certos casos, maximizar suas ambigüidades internas.

Alguns fatores levaram a limitação no desenvolvimento da leitura: os ideais positivistas (já mencionado); o Estado, que impunha os interesses da elite em detrimento do acesso a informação de qualidade por parte da sociedade de massa e o mercado editorial, onde existia a predominância do lucro, o que impossibilitava ou restringia as condições das classes menos favorecidas de ter acesso às produções, principalmente livros.

Outra idéia interessante da autora é que a reprodução das idéias dominantes estavam desde então presentes na escola, mostrando a realidade contraditória do capitalismo – era propagado que o país crescia rapidamente, mas sem a percepção de que esse crescimento se configurasse no favorecimento de uma educação de qualidade e conseqüentemente no favorecimento para a maior parte da população, no que concerne a leitura.

O século XX não possui tantas diferenças com relação ao século anterior. Vale ressaltar que o Brasil era dominado pelas oligarquias voltadas para a produção do café, que monopolizavam o poder político e econômico. Toda essa repressão e censura feita pelo Estado e pelo poder privado a qual o povo brasileiro foi submetido ocasionou certo conformismo da realidade, de que a importância maior da sociedade era seguir os rumos onde cada indivíduo deva pensar nos seus interesses, em detrimento dos interesses coletivos.

Até a década de 80 do século XX, o índice de analfabetismo no Brasil era considerado alto e muitos programas educacionais desenvolvidos pelo governo são apenas para provar aos órgãos internacionais que a alfabetização no Brasil está se desenvolvendo em larga escala.

A partir da década de 50 do século XX uma grande transformação com relação à leitura ocorre. O destaque nas vendas de livros se volta para o conteúdo de auto-ajuda, que é o destaque do último capítulo deste trabalho. No entanto, é importante ressaltar já neste ponto do trabalho que se pode ver nesse processo um movimento da indústria cultural – em sua versão editorial e livresca – em se preocupar com a segmentação do mercado, conforme se pode ver quando se discutiu no capítulo anterior a dinâmica do consumo orquestrado pela industrialização massiva da cultura.

Pode-se constatar que a grande presença de textos de auto-ajuda nas listas dos livros mais vendidos é uma consequência também de um anseio do enunciatário-leitor. Entendemos que o leitor brasileiro da segunda metade do século XX está mais preocupado com aquilo que lhe toca de forma mais direta, qual seja, seus problemas e angústias existenciais, do que com a fruição de um objeto estético. Por outro lado, a forma caótica com que o ser humano se depara neste mundo contemporâneo faz com que ele se apegue às representações simbólicas como mediadoras das adversidades enfrentadas no plano real.

É daí que vem a relação que os antropólogos fizeram entre a cultura e os sistemas semióticos conforme descritos no capítulo anterior e retomados mais adiante no terceiro capítulo. Ou seja, cada vez mais a cultura industrializada lança mãos dos artificios simbólicos de inversão das adversidades ou mediações simbólicas para resoluções também simbólicas, dos problemas. Os livros de auto-ajuda caminham nessa direção.

Voltando à questão estética, vale ressaltar que a preocupação com o componente estético da leitura só será de interesse para um público específico que se preocupa com essa questão. Nesse sentido é um público extremamente reduzido, um grupo fechado que corresponde ao da academia ou ao que se poderia genericamente chamar de intelectuais. O que procuro afirmar aqui é que o que o leitor das obras de auto-ajuda busca é satisfazer um desejo imediato de bem-estar que esse tipo de livro possa lhe proporcionar. A crescente venda de literatura de auto-ajuda, além de seu caráter de mercadoria, é um reflexo do mecanismo semiótico nele envolvido. O sujeito é movido por um querer e busca no objeto que consome o contato com um saber capaz de dar uma resposta que satisfaça seu desejo. (CORTINA, 2006).

Assim, compreendendo um pouco sobre a história da leitura no Brasil, faz-se necessário uma análise conceitual sobre o assunto, que será destaque no próximo item.

3.2 Leitura: uma análise conceitual

Percebe-se que a história da leitura no Brasil fomenta a possibilidade de uma elucidação mais consistente do conceito de leitura, já que ocorre o entendimento da realidade desenvolvida no processo político, econômico, cultural, social e educacional do país.

A autora Ângela Kleiman nos fala que “leitura é parâmetro fundamental para o desenvolvimento de uma nação”. (1997, p.33) e Justino Alves Lima (2004) ratifica: “Leitura é essencial. Não mata a fome, sequer a de espírito como se insinua, pois espírito não tem fome, mas mata a falta de lucidez, cria consciência. Ler é olhar o mundo para enxergar mais além do que o nosso interior. É entender o processo coletivo. É observar a tribo para analisar a globalização. É ler imagens para ultrapassar a aventura.”.

Pode-se definir leitura como o processo de entender, dar significado ao que nos cerca. Desde que nascemos estamos lendo: são percepções, toques, sensações que recebemos que nos fazem refletir e começar a entender o mundo em que vivemos. São as primeiras impressões. Como nos fala Eliana Yunes (2005, p.13) Basta lembrar as cavernas de Lescaux e Altamira para poder admitir-se que há mais que imagens avulsas ali: há uma narratividade que as precede.

Assim, é possível identificar alguns conceitos relativos à leitura para ampliar a visão sobre o assunto. Mas antes verificamos que uma definição de leitura não abrange a sua totalidade, já que está associada a diversos tipos de atividades da vida humana. Martins (2003) afirma que, se o conceito de leitura está associado ou restrito à decifração da escrita, sua aprendizagem está ligada à formação global do indivíduo para o convívio e atuações social, política, econômica e cultural.

Na fala da autora percebe-se que a leitura não se sustenta sozinha, pois é preciso um conjunto de elementos (escrita, interação entre as pessoas, orientação pedagógica, etc.) para que seja desenvolvida, mas promove resultados que estão associados aos mais diversos setores da vida humana, proporcionando esse conjunto de ações sociais, culturais, educacionais e políticas, econômicas e outras.

No entendimento de Luckesi (2003, p. 119) “a leitura, para atender o seu pleno sentido e significado, deve, intencionalmente, referir-se à realidade. Caso contrário, ela será um processo mecânico de decodificação de símbolos”.

O autor mostra que a leitura não deve se limitar apenas ao processo de alfabetização, mas na busca de uma visão mais consciente sobre a realidade vivida. Não que o indivíduo sabendo o significado das palavras não é um leitor, mas que se limita a uma decodificação de símbolos, o que não contribui muito para o seu desenvolvimento intelectual e de compreensão da realidade que o cerca.

Salomon (2004, p. 54) enfatiza que “a leitura não é simplesmente o ato de ler. É uma questão de hábito ou aprendizagem”. De acordo com a fala do autor percebemos que a leitura deve ser encarada como uma aprendizagem, ou seja, um processo em que o indivíduo seja estimulado e tenha prazer de desenvolver.

Porém, esse processo de aprendizagem é árduo e, muitas vezes, lento, o que desestimula muitas pessoas. Outro aspecto negativo é que várias pessoas até tem esse gosto ou hábito² de leitura, mas devido a outros problemas de ordem social e econômica são impedidos de continuar o processo.

Dmitruk (2001, p. 41) afirma que “não importa tanto o quanto se lê, mas como se lê. A leitura requer atenção, intenção, reflexão, espírito crítico, análise e síntese; o que possibilita desenvolver a capacidade de pensar.” A autora mostra que a leitura não se deve necessariamente ao seu processo quantitativo, mas qualitativo, isto é, em muitos casos, o mais importante não é a quantidade de tempo em que é feita a leitura, mas sim, o processo de organização, tanto da leitura em si, como do que se quer ler³. Essa organização é um elemento que pode propiciar um aprendizado mais efetivo.

² Entenda-se o hábito como um gosto atribuído pelas pessoas na leitura a partir da sua inserção no processo de aprendizado, com os estímulos e incentivos, através dos métodos educacionais e que auxiliem no desenvolvimento de sua condição financeira e familiar, enfim, que contribua para a sua vida.

³ Principalmente se a leitura for de assuntos variados (o que é recomendável) precisa de muita cautela para proporcionar ao leitor um aprendizado mais amplo e crítico da realidade.

Alguns aspectos são necessários para facilitar o processo de aprendizagem e o gosto pela leitura. Ler com objetivo determinado, isto é ter uma finalidade. Saber por que se está lendo; ler unidades de pensamento e não palavras por palavras. Relacionar idéias; ajustar a velocidade (ritmo) da leitura ao assunto, tema e/ou texto que está lendo; avaliar o que se está lendo, perguntando pelo sentido, identificando a idéia central e seus fundamentos; adotar habilidades para conhecer o livro, isto é, indagar do que trata determinada obra; saber quando é conveniente ou não interromper uma leitura, bem como quando retomá-la; discutir com colegas o que lê, centrando-se no valor objetivo do texto; adquirir livros que são fundamentais (clássicos), zelando por uma biblioteca particular, assim como, freqüentar espaços e ambientes que contenham acervo literário, por exemplo, bibliotecas; ler assuntos variados. Ler com freqüência (ECCO, 2004)

Percebemos assim com os conceitos de leitura mencionados e explicitados que a leitura em seu sentido mais amplo, não deve estar associada apenas à decodificação da escrita, mas deve compreender a realidade do ser humano, bem como a leitura deve ser encarada a partir do processo de aprendizagem e da criação de um gosto e ainda que leitura deve ser algo desenvolvido com qualidade, onde elementos como espírito crítico, análise, associação e interpretação de idéias são fundamentais.

Esses conceitos e o processo de aprendizado da leitura serão abordados com mais propriedade no item a seguir que fala sobre leitura e criticidade.

3.3 Leitura no Brasil: a necessidade de uma relação estreita com a criticidade

A leitura é um mecanismo muito importante para a vida de um ser humano, inclusive sendo afirmado por muitos estudiosos. Existem diversos tipos de leitura, que podemos destacar.

De acordo com Borges (2005) podemos considerar como tipos de leitura a *elementar* considerada a mais simples e corriqueira de todas que se constitui em conseguir compreender

o enunciado verbal de um texto. Por ser a primeira etapa do aprendizado da leitura (e coincidir com o próprio processo de alfabetização), esta modalidade também é chamada de leitura básica, ou inicial. A leitura *inspeccional*, ou folheio é aquela que se faz quando se tem pouco tempo, às vezes apenas o suficiente para uma leitura "enviesada" e superficial de um texto. Aparentemente simples, ela constitui um desafio para o leitor sério e interessado, que precisa e deseja extrair o máximo de conteúdo num mínimo de tempo. A leitura *analítica* ou boa leitura é aquela que representa o chamado "mergulho" no texto, através do qual o leitor empenhado se "apossa" de seu conteúdo e trabalha sobre ele até incorporá-lo ao seu repertório de conhecimento acumulado. Por fim, a leitura *comparativa* constitui o mais complexo e trabalhoso tipo de abordagem de um texto, pois através dele o leitor procede à leitura de muitos textos e livros de maneira simultânea, correlacionando-os entre si e com o assunto de que eles tratam.

Queremos aqui destacar também que a leitura é muito comentada a partir de sua criticidade, pois é uma forma de sobrepor o simples fato de saber decodificar uma escrita. Podemos dizer que a leitura crítica é o alcance de uma consciência formada, melhor estruturada sobre um determinado assunto ou área do conhecimento, podendo o leitor entender todos os níveis de leitura citados, aplicando-os a sua realidade de aprendizado e interpretação da realidade.

Embora muito seja comentado, perguntamos: o que vem a ser leitura crítica? Silva (1998, p. 33) nos mostra o significado dessa leitura crítica a partir da seguinte afirmação:

Ler um texto criticamente é raciocinar sobre os referenciais de realidade desse texto, examinando cuidadosa e criteriosamente os seus fundamentos. Trata-se de um trabalho que exige lentes diferentes das habituais, além de retinas sensibilizadas e dirigidas para a compreensão profunda e abrangente dos fatos sociais.

O autor, até de modo metafórico, busca explicar que a leitura crítica está além do que aparentemente pode ser visto, ou seja, é a visão da complexidade do conteúdo de um texto, a interpretação que poucos conseguem dar. A associação à leitura crítica também pode estar no fato de aplicar o conteúdo de um texto à realidade social, às suas condições cotidianas. É preciso estar atento aos significados de cada palavra e o que pode ser retirado de cada uma, visando fornecer novas idéias, aperfeiçoando o que já foi dito.

Assim, sabemos que para uma leitura crítica e uma pessoa vir a se tornar um leitor crítico é preciso essa série de requisitos que evidentemente não são fáceis de concretizar, mas necessários. Mais uma pergunta: como podemos explicar a necessidade e importância da leitura crítica? Vale destacar essa pergunta para a realidade brasileira onde a necessidade de uma leitura crítica se torna evidente.

Antes de mais nada, para compreendermos a leitura crítica, é preciso centrar o nosso olhar e atenção sobre a realidade social brasileira, buscando a compreensão dos seus modos de convivência, existência e sobrevivência. Isto porque a leitura, nas suas diferentes formas, possui propósitos e finalidades de comunicação entre os indivíduos que procuram interagir em determinadas sociedades. Por isso, podemos afirmar que a leitura é uma prática social, pois a partir de sua posição histórica de organização e produção da existência, estão vinculados e, em alguns momentos, até subordinados, a cultura (explorada anteriormente).

Para os países de Terceiro Mundo (ou subdesenvolvidos), a leitura é um aspecto que possui inúmeras dificuldades, já que nas perspectivas do sistema capitalista, como modo de produção, apresenta diversas contradições, tais como: a dominação de uma classe sobre outra, a imposição de uma visão de mundo a partir da ideologia das classes dominantes por meio da propaganda e publicidades nas mais diversas esferas sociais, buscando também propagar os valores neoliberais, produzindo efeitos negativos para as populações destes países.

No caso do Brasil, essa propagação de valores realmente foi diversificada e opressora, principalmente com o estabelecimento de longos anos de uma Ditadura Militar (1964-1985), quando houve uma dominação dos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais que afetaram consideravelmente a população brasileira – a intenção era moldar o povo aos ditames da ideologia dominante. Inclusive muitos desses efeitos promovidos pela Ditadura conseguiram minar as possibilidades de leitura crítica por grande parte da nação infantil, jovem e adulta do período em que acontecia este regime e pós-regime ditatorial, podendo ser estes efeitos até hoje sentidos.

Assim explica Silva (1997, p. 46-47) sobre esses rastros de prejuízos deixados pela Ditadura com relação à leitura e circulação de informação no Brasil logo após o início da redemocratização:

A caracterização da leitura como sendo uma atividade de questionamento, conscientização e libertação gera uma série de implicações, principalmente quando a vinculamos com organizações sociais específicas e concretas. É preciso saber (...) se a organização social, onde a leitura aparece e se localiza, dificulta ou facilita o surgimento de homens-leitores críticos e transformadores. É preciso saber ainda, se uma sociedade, através dos seus organismos dirigentes, concebe a leitura como uma atividade destinada à realização e ao bem-estar do povo ou como uma atividade que impede o surgimento da consciência e da racionalidade. É preciso saber, enfim, se o objeto da leitura (livro ou similar) circula democraticamente numa sociedade de modo a permitir sua fruição por parte dos homens que constituem essa sociedade. Tais necessidades revelam que o problema da leitura não se desvincula de outros problemas enraizados na estrutura social.

O autor indiretamente faz uma alusão aos empecilhos arbitrados pela ditadura com relação à democratização do acesso a leitura e da informação. A Ditadura dava uma clara amostra de que quem se opusesse ou questionasse o regime poderia ser duramente castigado, preso, violentado, mostrando que este regime se contrapunha às diversas condições de oferecimento ou mesmo de estímulo a uma leitura mais crítica da realidade brasileira.

Assim, sem possibilidades de acesso à leitura mais crítica, a população brasileira foi forçada ou acostuada a entender a realidade social, conforme o pensamento das elites, das autoridades políticas, enfim, daqueles que possuem dominação política e econômica, ditando, conseqüentemente, as regras sociais, educacionais e culturais da sociedade. Como a criticidade tem em sua essência, uma condição questionadora e promotora do bem-estar social da população, é trabalhada ideologicamente por aqueles que possuem o poder político e econômico, visando conformar e ao mesmo tornar ignorante a sociedade, a fim de que não questione os dogmas da ideologia dominante.

Assim, verificamos a necessidade de uma leitura crítica como instrumento de ação modificadora da realidade, buscando a concretização dos valores e direitos da maioria oprimida.

Uma prova de que essa leitura crítica e, por sua vez, as transformações sociais são inibidas está associada ao fato de que a escola, como aparelho ideológico de estímulo às leituras críticas têm se comportado na ampla maioria dos casos como reprodutora da dominação. É inegável que, para ensinar um aluno a adquirir uma leitura crítica é necessário que busque-se subsídios para tal, como oferecer acesso a materiais que o façam ter grande noção da realidade (livros, revistas, etc.), bem como é primordial que o aluno tenha o mínimo

de condição financeira, de subsistência alimentar para ter condições físicas, cognitivas, enfim, um estímulo para a leitura.

Tomando por base a importância e necessidade da leitura crítica, quais são as caracterizações dessa leitura e que resultados ela pode promover? É importante saber, pois que muito se fala nas teorias que norteiam criticidade humana, mas sem busca para uma aplicação no seio da sociedade. *É evidente que a leitura crítica também possui suas falhas*, mesmo que as suas finalidades estejam voltadas para a conscientização do aluno, do indivíduo.

A leitura crítica leva à produção ou construção de um outro texto: o texto do próprio leitor. A leitura crítica gera expressão: a revelação da essência e complexidade do leitor. Assim, esse tipo de leitura é muito mais do que um simples processo de apropriação de significado; a leitura crítica deve ser caracterizada como um projeto, pois pensa na inserção do indivíduo no mundo, em termos de pensamento e compreensão da realidade (SILVA, 1992).

Várias são as qualidades de uma leitura crítica, mas é preciso ter cuidado, pois algo dessa dimensão pode também influenciar negativamente o indivíduo. É preciso que o leitor também possua muitos critérios para não deixar-se enganar pela leitura crítica. Percebemos algumas falhas que podem ser detectadas com a leitura crítica, tais como: falha na análise de apenas uma alternativa como possibilidade de uma interpretação; não perceber distorções da realidade; ser levado pela emoção em suas leituras. Esse é um aspecto do processo de mediação do símbolo, conforme dito anteriormente. E ainda, falha na constatação de generalizações, dentre outros.

A leitura crítica é um instrumento fundamental para um indivíduo pensador, mas que não pode visar a sobreposição da emoção com relação aos fatores racionais que norteiam a sociedade. Às vezes, o leitor crítico, pela emoção, consegue identificar apenas fatores negativos na realidade, sabendo que mesmo apresentando muitas deficiências, a realidade possui aspectos de qualidade que podem ser pilares para uma interpretação mais concreta e crítica.

Com relação ao leitor crítico, Quaintance (1971, p. 171 apud SILVA, 1998, p. 28) afirma que o leitor crítico “sabe que o seu atual repertório de informações é confiável porque é submetido a constantes avaliações. Ele também sabe o valor relativo de cada elemento da sua hierarquia de valores. Ele está consciente dos conceitos que são estrelas e constelações a guiar a sua vida, dos conceitos que são satélites dependentes, dos conceitos que são apenas meteoros de breve intensidade”.

De forma metafórica o autor mostra que o leitor crítico consegue perceber aquilo que realmente lhe serve como idéia consistente, assim como aquilo que apenas pode servir para um determinado momento, interpretação. Para se chegar a esse nível de contato com os conceitos e idéias, sendo perceptível a sua consistência ou caráter tênue, o leitor crítico precisa analisar várias vezes o texto e realidade que está lendo e/ou vivenciando. Essas análises são causadas pela suspeita do leitor com relação ao conteúdo facilitando as possibilidades de se chegar às inferências, promovendo, como principal resultado, o amadurecimento do mesmo.

A partir de agora a ênfase será dada às políticas de incentivo a leitura no Brasil, mostrando como o Estado tem buscado amenizar os problemas da educação no país e se essas políticas têm sido eficazes, condicionando a capacitação de leitores críticos.

2.4 Políticas de incentivo a leitura no Brasil: as propostas do Governo Federal

Muitas políticas de leitura já foram e são desenvolvidas no Brasil, mas poucas tiveram o êxito de conscientizar o público para o que o projeto desenvolve. Ocorrem muitas versões relacionadas a essas políticas de leitura, sendo que algumas não conseguem subsistir por falta de recursos financeiros, outras que não têm continuidade, pois visam apenas mostrar a população que algo está sendo feito, mas sem realmente buscar a promoção da leitura de maneira mais crítica e outros motivos.

No caso do Governo Federal foram feitas várias tentativas de políticas de leitura, mas notamos falhas que inibem a continuidade e êxito do programa. Historicamente, vários são os projetos de leitura que foram desenvolvidos pelo Governo Federal e outras instituições públicas e privadas, mas sem grandes êxitos, ou apenas realizações momentâneas.

A primeira instituição nacional a ter como objetivo estatutário a promoção da leitura, ao lado da divulgação do livro infantil e juvenil de qualidade foi a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil – FNLIJ, em 1968.

O projeto Ciranda de Livros (1982) levou até as mais carentes escolas públicas, de ensino fundamental, livros de literatura infantil e juvenil de qualidade. Também, pioneiramente, o projeto veiculou a leitura pela televisão, em nível nacional. Percebemos logo que existe uma parceria entre o Governo e editores para uma satisfação mútua, isto é, o Governo mostra que está agindo para melhorar a educação com entrega de livros e os editores conseguem a obtenção de muitos lucros, mostrando que sua preocupação central não é a educação.

Em 1992 surgia o Leia Brasil por iniciativa da empresa Argus, financiado diretamente pela Petrobrás. A partir de 1998, o projeto passou a ter o benefício da Lei de Incentivos Fiscais do Ministério da Cultura. O Leia Brasil criou bibliotecas em grandes caminhões que visitam, periodicamente, as escolas públicas das regiões de maior atuação da Petrobrás. Iniciado no Rio de Janeiro, o projeto expandiu-se para São Paulo, Minas Gerais e, recentemente, chegou a Sergipe, Alagoas e Bahia. São 14 caminhões que levam aproximadamente 8.500 títulos de literatura a 420 escolas conveniadas. Percebemos que o projeto tinha muito mais a pretensão de abatimento nos impostos das empresas e incentivos fiscais do que uma função social. A prova é que não havia critérios técnicos, educativos e culturais para a criação dessas bibliotecas.

Outros programas que surgiram foram: Política Nacional do Livro – Lei nº. 10.753 de 31 de outubro de 2003, direcionada para a União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Voltada para livros e bibliotecas, visa discutir a questão do livro, que deixa de ser material permanente; Programa Fome de Livro (2004), um programa nacional de bibliotecas públicas e leitura, de responsabilidade do Ministério da Cultura, através da Biblioteca Nacional.

Contudo, ambos os programas, principalmente o segundo ainda não conseguiram gerar políticas públicas eficazes para promoção da leitura, fazendo com que o projeto necessite de uma reformulação, afim de que seja melhor dimensionado, propondo novas ações.

Os programas citados visam apenas mostrar a quantidade, características e deficiências de seus discursos e ações em torno da promoção da leitura. Vale ressaltar também que existiram outros programas, mas que não fugiram a regra dos que foram citados e rapidamente se perderam nas políticas públicas de governo.

Neste trabalho destacamos dois programas que parecem ter um discurso mais consistente e duradouro: o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER) e o Programa Nacional do Livro e da Leitura (PNLL).

A instituição do PROLER ocorreu a partir do Decreto nº 519, de 13 de maio de 1992, na gestão de Fernando Collor, que diz o seguinte:

Art. 1º Fica instituído, junto à Fundação Biblioteca Nacional, o Programa Nacional de Incentivo à Leitura - PROLER.

Art. 2º Constituem objetivos do PROLER:

- I - promover o interesse nacional pelo hábito da leitura;
- II - estruturar uma rede de projetos capaz de consolidar, em caráter permanente, práticas leitoras;
- III - criar condições de acesso ao livro.

Art. 3º O PROLER desenvolver-se-á a partir dos seguintes mecanismos:

- I - instalação de centros de estudos de leitura, para capacitar e formar educadores por meio da familiarização com o livro e a biblioteca;
- II - dinamização de salas de leitura, mediante supervisão de atividades e distribuição de materiais com sugestões de promoções;
- III - consolidação da liderança das bibliotecas públicas, visando à integração de ações que incentivem o gosto pela leitura;
- IV - provisão de espaços de leitura, abertos regularmente ao público;
- V - promoção e divulgação de medidas incentivadoras do hábito da leitura;
- VI - utilização dos meios de comunicação de massa, para incentivo à leitura.

Art. 4º Constituem receitas da Fundação Biblioteca Nacional, destinadas ao PROLER:

- I - recursos do orçamento da União;
- II - doações e contribuições nacionais e internacionais;
- III - participação financeira dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 5º O PROLER será dirigido pelo Presidente da Fundação Biblioteca Nacional, cabendo-lhe:

- I - gerir os seus recursos financeiros na forma da lei;
- II - celebrar convênios com instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, para a execução dos seus programas;

III - firmar contratos de prestação de serviços, visando ao desenvolvimento de projetos a ele vinculados.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Dessa forma surge o PROLER, cheio de perspectivas e com uma proposta ousada que poderia transformar os rumos da leitura no Brasil, pois tinha o objetivo de atuar como uma política de leitura, visando colaborar para qualificar as relações sociais através do incentivo à práticas leitoras conscientes, assim como foi estruturado de forma a atuar em parceria entre Governo Federal, Estadual, prefeituras e empresas públicas e privadas.

A importância do PROLER estava diretamente atrelada à expansão das ações de uma instituição muito importante para as práticas leitoras: a biblioteca. Esta instituição seria o baluarte para implementar as ações de leitura no Brasil, aproximando a biblioteca da comunidade e esta da leitura, inclusive pelo fato da Coordenação Nacional do Programa estar sob a tutela da Fundação Biblioteca Nacional (FBN).

O PROLER é constituído de diretrizes que devem nortear e orientar a formação dos leitores. Estas diretrizes são: diversidade de ações e de modos de leitura promovidas nos locais e instituições de âmbitos variados; a especificação do ato de ler, no sentido de compreender que a leitura e suas linguagens se constituem de modos próprios e competências específicas; ligação e articulação entre leitura e cultura; prioridade da esfera pública, valorizando as práticas leitoras, através das ações do programa, bem como dos agentes de leitura, visando desenvolver ações que agreguem os interesses da maioria da população leitora e não-leitora; democratização do acesso à leitura, disponibilizando material de leitura em bibliotecas públicas e escolares, em salas de aula e em salas de leitura em locais públicos (PROLER, 1998).

Nessas diretrizes do PROLER as atenções estão voltadas para a capacitação dos promotores de leitura, principalmente professores e bibliotecários, assim como a promoção de ações de leitura através de cursos, seminários, visando a troca de experiências e aquisição de novos conhecimentos e que busquem a reflexão crítica.

É ainda destaque dessas diretrizes a criação de bibliotecas públicas e escolares, pois são consideradas como locais reprodutores e difusores de conhecimentos. Outro aspecto ainda do Programa é a disseminação de informações sobre leitura e assuntos voltados para as

práticas educativas via Internet, proporcionando um acesso nacional e internacional ao conteúdo deste Programa. Outro fator que mostra a importância do PROLER são as ações. Algumas delas são: Formação da Rede Nacional de Encontros de Incentivo à Leitura; Promoção de cursos de formação continuada de profissionais que atuam com práticas de leitura; Assessoria para implementação de projetos de promoção de leitura; Organização de material de apoio pedagógico na área de promoção da leitura, entre outras.

Percebe-se que essas ações são inspiradas tentando seguir as diretrizes do Programa, tendo em seu bojo fatores primordiais, tais como: o objeto, representados pela leitura, escola e biblioteca e pelos sujeitos professores e bibliotecários, embora tenha a pretensão de envolver outros segmentos voltados para leitura, no sentido de unificar e fortalecer as ações do Programa.

Ressalta-se que o PROLER passou por muitas crises, pois em alguns momentos o Governo Federal praticamente desistiu do Programa, talvez até pelo fato dele estar colhendo alguns resultados satisfatórios, deixando-o um pouco carente de investimentos. O fato é que o PROLER não conseguiu atingir a maioria de seus objetivos parcialmente, pois além necessidade de mais investimentos, o apoio do Governo Federal é restrito, dificultando as ações do projeto.

Porém, pode ser destacado que o PROLER é um dos poucos programas iniciados pelo Governo Federal que perdurou tanto tempo (ainda existe), mas com uma força muito frágil para promover os resultados almejados. Podemos notar a fragilidade das ações e resultados, quando vemos que o expoente biblioteca foi pouco utilizado nas práticas de promoção de leitura e cultura. O fato é que poucos abnegados e instituições ainda conseguem dar vida ao PROLER através de eventos estaduais, alguns anuais, outros bienais, com a construção de parcerias com empresas privadas e outras instituições voltadas para cultura, educação e leitura.

Já o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), de acordo com o site do programa é um conjunto de projetos, programas, atividades e eventos na área do livro, leitura, literatura e bibliotecas em desenvolvimento no país, empreendidos pelo Estado (em âmbito federal, estadual e municipal) e pela sociedade. A prioridade do PNLL é transformar a qualidade da capacidade leitora do Brasil e trazer a leitura para o dia-a-dia do brasileiro. Neste primeiro

momento, está compilando, sistematizando e divulgando as ações em prol do livro e da leitura realizadas no país através de seu Mapa de Ações. A partir deste mapeamento, criam-se condições para o intercâmbio e a sinergia entre ações similares e potencializam-se recursos públicos e privados, priorizando-se algumas ações macro que se tornem o motor para o desenvolvimento, nos próximos anos, de uma Política de Estado para o Livro e Leitura⁴. O seu Lançamento foi em 13 de março de 2006, com texto e objetivos; a institucionalização e nomeação de dirigentes ocorreram em agosto de 2006, através das Portarias Interministeriais 1.442 e 1.537 e o texto conceitual e programático redimensionado pelo Estado e pelos representantes do livro e da leitura em dezembro de 2006. A lei nº 10.753, de 30.10.2003, que instituiu a Política Nacional do Livro, é o instrumento legal que autoriza o Poder Executivo a criar projetos de incentivo à leitura e acesso ao livro.

O Plano possui uma linha de ação ampla, que o caracteriza como um projeto que pode fornecer muitos frutos para a sociedade. Essas ações podem ser chamadas de eixos, sendo dividido em 4 (quatro). De acordo com o Programa Nacional do Livro e da Leitura (2007, p. 26-30) os eixos são assim constituídos:

Eixo 1 - Democratização do acesso

- 1.1. Implantação de novas bibliotecas;
- 1.2. Fortalecimento da rede atual de bibliotecas;
- 1.3. Conquista de novos espaços de leitura;
- 1.4. Distribuição de livros gratuitos;
- 1.5. Melhoria do acesso ao livro e a outras formas de expressão da leitura;
- 1.6. Incorporação e uso de tecnologias de informação e comunicação;

Eixo 2 – Fomento à leitura e à formação de mediadores

- 2.2. Projetos sociais de leitura;
- 2.3. Estudos e fomento à pesquisa nas áreas do livro e da leitura;
- 2.4. Sistemas de informação nas áreas de bibliotecas, da bibliografia e do mercado editorial;
- 2.5. Prêmios e reconhecimento às ações de incentivo e fomento às práticas sociais de leitura.

Eixo 3 – Valorização da leitura e comunicação;

- 3.1. Ações para criar consciência sobre o valor social do livro e da leitura;

⁴ No caso do Estado do Ceará já tem sido implementada uma Política de Leitura através dos Agentes de Leitura (projeto apresentado pela Secult ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza (Fecop) com o objetivo de promover a democratização do acesso ao livro e à leitura como uma ação de inclusão social e de desenvolvimento humano); Biblioteca Volante (Trata-se de um ônibus adaptado em uma biblioteca móvel, com um acervo de 2.500 livros para empréstimo e consulta; computadores para pesquisa em obras digitais, equipamentos para exibição de filmes, além de atividades de animação cultural, contação de histórias, e outros no sentido de democratizar o acesso ao livro e promover a leitura, através de visitas aos bairros da Região Metropolitana de Fortaleza e aos municípios do Estado do Ceará).

3.2. Ações para converter o fomento às práticas sociais da leitura em política de Estado;

3.3. Publicações impressas e outras mídias dedicadas à valorização do livro e da leitura.

Eixo 4 – Desenvolvimento da Economia do Livro

4.1. Desenvolvimento da cadeia produtiva do livro;

4.2. Fomento à distribuição, circulação e consumo de bens de leitura;

4.3. Apoio à cadeia criativa do livro;

4.4. Maior presença no exterior da produção nacional literária científica e cultural editada.

Analisando os eixos, notamos que o primeiro visa a implantação de novas bibliotecas municipais e escolares (com acervos que atendam, pelo menos, aos mínimos recomendados pela Unesco, incluindo livros em braile, livros digitais, audiolivros etc, computadores conectados à Internet, jornais, revistas e outras publicações periódicas) e funcionando como centros de ampla produção e irradiação cultural. Apoio à abertura de bibliotecas comunitárias (periferias urbanas, morros, hospitais, creches, igrejas, zonas rurais, clubes de serviços, ONGs etc.). Fortalecimento e consolidação do sistema nacional de bibliotecas públicas, tornando-o realmente um sistema integrado, com níveis hierárquicos de bibliotecas e meios de circulação de acervos, informatização de catálogos, capacitação permanente de gestores e bibliotecários como promotores da leitura e atualização de acervos. Criação e apoio a salas de leitura, bibliotecas circulantes e “pontos de leitura” (ônibus, vans, peruas, trens, barcos etc.). Atividades de leitura em parques, centros comerciais, aeroportos, estações de metrô, trem e ônibus. Leitura em hospitais, asilos, penitenciárias, praças e consultórios pediátricos. Leitura com crianças em situação de rua. Espaços de leitura nos locais de trabalho. Formulação e aprimoramento de técnicas que visem a facilitar o acesso à informação e à produção do saber, incluindo capacitação continuada para melhor aproveitamento das tecnologias de informação e comunicação (PNLL, 2007).

Percebe-se no discurso deste primeiro eixo que existe uma supervalorização da biblioteca como instrumento promotor de leitura. Mas o destaque desse eixo se deve ao fato de valorização do bibliotecário como profissional capacitado para desenvolver esse plano a partir das ações que norteiam a biblioteca, seja pública, seja comunitária ou escolar. Teoricamente, ou seja, no discurso, o plano atenta para a preocupação com os objetos (instrumentos de ação, como biblioteca) e o sujeito (profissionais ou pessoas que irão desenvolver as ações nesses objetos), o que torna mais atrativo para os setores voltados para a leitura e principalmente para a classe biblioteconômica.

Na prática será necessária a união de bibliotecários, professores e outras pessoas voltadas para leitura, educação e cultura, significando altos investimentos na contratação destes profissionais para dar início às práticas de dinamização da biblioteca. Pelo que o Plano mostra dependerá muito dos projetos da sociedade e resta saber se será algo em torno do voluntariado, pois já foi provado em vários projetos que a prática voluntária contribui, mas nem de longe é um dos principais fatores para resultados mais promissores. É preciso analisar também a inserção de projetos de pessoas ou instituições envolvidas com órgãos ligados ao Plano, pois assim apenas mostrará o reconhecimento pessoal e não educativo e cultural do projeto.

O uso dessas informações nesta parte da monografia servem de norte para aferirmos, ainda que momentaneamente, o peso ordenador do estado nas políticas públicas de “incentivo” à leitura e de como nesses programas são negligenciadas outras formas de relação do leitor com as leituras. Em nenhum momento esses programas contemplam aquilo que esta monografia vem analisando. Ou seja, as leituras de auto-ajuda e a forte produção livresca nessa área não são contempladas nem como possibilidade real, nem como crítica ou posicionamento sobre o assunto.

Neste ano de 2007, ainda não observamos, pelo menos nos dados mostrados, a evolução e dinamização de bibliotecas escolares e públicas, mas apenas a distribuição de livros, o que ainda não identifica mudanças no modo de conduzir as políticas de incentivo à leitura no Brasil. Por outro lado, qualquer distribuição de livros deveria levar em conta aspectos e perfis de demandas – inclusive a de auto-ajuda – que existem. Não se deseja aqui defender a demanda por livros de auto-ajuda, mas apenas demonstrar que as políticas não têm um perfil dos leitores, mas se baseiam naquilo que o primeiro capítulo deste trabalho chamou de processos civilizadores.

Retomando a análise que víamos fazendo, temos que o segundo eixo de acordo com o PNLL (2007) tem como perspectiva a formulação e aprimoramento de técnicas que visem a facilitar o acesso à informação e à produção do saber, incluindo capacitação continuada para melhor aproveitamento das tecnologias de informação e comunicação; projetos para fomentar a leitura. Rodas da leitura, atividades de formação do leitor na escola, clubes de leitura. Atividades de leitura em comunidades tradicionalmente excluídas (indígenas, quilombolas

etc.). Mediadores de leitura e contadores de histórias, performances poéticas, rodas literárias e murais; diagnósticos sobre a situação da leitura e do livro. Pesquisas sobre hábitos de leitura e consumo de livros. Formação de base de conhecimento sobre experiências inovadoras e bem-sucedidas com leitura; estudos e pesquisas para conhecer a realidade das bibliotecas, das editoras, das livrarias e do consumo de livros no Brasil. Estudos sobre a cadeia produtiva do livro e projetos e programas para a política pública setorial e concursos para reconhecer e premiar experiências inovadoras na promoção da leitura. Prêmios para ações de fomento à leitura desenvolvidas em escola, biblioteca, comunidade, empresa etc. Prêmios para identificar, reconhecer e valorizar as diferentes práticas sociais de leitura existentes.

Este eixo, assim como o anterior tem no seu discurso a preocupação com a capacitação dos profissionais, selecionando as áreas que mais atuam com leitura. Outro aspecto positivo é a valorização dos projetos sociais a partir da leitura, pois como já exposto, a leitura é uma prática social e não podemos dissociá-la dos mais variados aspectos que norteiam a sociedade. Atrelado aos projetos sociais têm um aspecto bastante interessante que é o incentivo à pesquisa sobre os livros, leitura, bibliotecas, dentre outros, tendo uma aproximação maior com a universidade, a fim de que o Plano tenha a sua vinculação intelectual e acadêmica.

Mais uma vez a prova de que o discurso do Plano parece ser muito consistente. Porém, vemos sérios problemas também na execução destas ações, como: inibição dos investimentos por parte do Governo Federal, desvio de verba nos governos estaduais e municipais, assim como indicação de projetos e profissionais por parte dos governos, apenas por indicação pessoal, sem a avaliação mais ampla de projetos que realmente podem contribuir com o Plano. É preciso uma equipe inteligente e organizada que selecione estes profissionais e projetos e que os capacite para adaptar a realidade dos projetos as necessidades da sociedade.

O terceiro eixo é referente à parte comunicativa e de divulgação através de campanhas institucionais de valorização da leitura, do livro, da literatura e das bibliotecas em televisão, rádio, jornal, Internet, revistas, outdoors, cinema e outras mídias. Campanhas com testemunhos de formadores de opinião sobre experiências com livros e leitura. Publicações de histórias de leitura e dicas de personalidades e pessoas anônimas da comunidade sobre livros. Ações para converter o fomento às práticas sociais da leitura em política de Estado - Câmara Setorial do Livro, Literatura e Leitura (CSLLL). Programa Nacional de Incentivo à Leitura – PROLER. Formulação de políticas nacional, estaduais e municipais. Marcos legais (Leis do

livro federal, estaduais e municipais; decretos e portarias). Realização de fóruns, congressos, seminários e jornadas para propor agendas sobre o livro e a leitura. Pesquisas e estudos sobre políticas públicas do livro, leitura e biblioteca pública. Estruturação da área de formulação, coordenação e execução da política setorial. Criação de fundos e agências para financiamento e fomento à Leitura. Criação de grupos de apoio entre parlamentares e formadores de opinião. Publicações de cadernos, suplementos especiais, seções, revistas, jornais, portais e sítios na Internet sobre livro, literatura, bibliotecas e leitura. Resenhas em jornais e revistas com lançamentos do mercado editorial. Programas permanentes e especiais na televisão e no rádio (PNLL, 2007).

Este eixo é fundamental para o êxito do Plano, pois tem a idéia de se integrar a outros programas de leitura, como o PROLER, assim como mostra a intenção de divulgar os direitos institucionais da sociedade com relação à leitura. A união dos segmentos também é uma marca forte do Plano, já que menciona políticos, profissionais especializados e da sociedade de uma maneira geral, pois a coletividade é um termo chave para promover a inserção da leitura na sociedade com maiores possibilidades de conscientização do indivíduo.

Este eixo tem uma ligação direta com o anterior, pois este fala da divulgação de textos, artigos em jornais, revistas, etc. No caso do Plano realmente buscar ações de integração, produção e divulgação atentamos para as possibilidades de estímulo dos projetos de pesquisa, extensão e ensino das universidades de diversas áreas, como por exemplo: Biblioteconomia (leitura em bibliotecas, serviços de informação, pesquisa escolar, história das bibliotecas); Educação (importância da leitura no contexto educacional); Direito (jurisdição sobre leitura, acesso à informação e educação no Brasil e nos estados específicos onde moram); História (história e memória do livro e da leitura); Ciências Sociais (projetos sociais com leitura, leitura como prática social promotora de conhecimento); Filosofia (reflexão sobre a natureza dos projetos com leitura, abordagem filosófica acerca do livro e da leitura, a contribuição de alguns filósofos nas práticas sociais e na leitura).

Várias áreas do conhecimento técnico-científico, acadêmico podem interagir com as produções do Plano, visando estabelecer um elo de produção teórica e aplicação, contribuindo direta ou indiretamente para promoção de leitura na sociedade, principalmente a parte mais carente de informação.

Evidentemente que a análise desse eixo é bastante otimista, pois o que podemos identificar é que nenhum Programa de Leitura no Brasil pensou ou implementou ações nesse sentido de integração, produção e disseminação acadêmica, até pelo fato de ser uma ação muito ousada e que realmente mostraria consistência a qualquer projeto de estímulo à leitura.

Finalmente, o quarto eixo propaga a idéia segundo o PNLL (2007) de que é necessário a valorização das linhas de financiamento para gráficas, editoras, distribuidoras e livrarias e para a edição de livros. Programas governamentais de aquisição que considerem toda a cadeia produtiva e os interesses das práticas sociais de leitura no país. Programas de apoio às micro e pequenas empresas. Fóruns sobre políticas do livro e da edição. Programas de formação para editores, livreiros e outros profissionais do mercado editorial. Programas para ampliação das tiragens, redução de custos e barateamento do preço do livro. Programas de apoio ao livro universitário. Política para fomentar a abertura de livrarias e apoiar as existentes. Livrarias em praças públicas. Livros em bancas de jornal. Programas de formação de livreiros – empreendedores. Apoio e financiamento ao setor livreiro. Instituição e estímulo para a concessão de prêmios nas diferentes áreas e bolsas de criação literária para apoiar os escritores. Apoio à circulação de escritores por escolas, bibliotecas, feiras etc. Defesa dos direitos do escritor. Apoio à publicação de novos autores. Participação em feiras internacionais. Programas de exportação de livros e apoio para a tradução de livros brasileiros para edição no exterior. Difusão da literatura e dos escritores brasileiros no exterior. Reedição de obras importantes, mas fora de circulação.

Este eixo está ligado diretamente aos anteriores, principalmente o segundo e terceiro eixos, formando a trilogia da produção conteúdo – publicação – disseminação. Agora o principal motivo da existência dessa linha é o diálogo com os editores e livreiros visando o fortalecimento do setor, bem como a popularização e melhoria do acesso à informação e ao livro.

No entanto, devemos observar que as intenções dos editores não são no sentido de favorecer as práticas culturais e educativas concernentes à leitura e à formação do leitor, pois historicamente o que se tem visto são distribuições de livros pelo Governo sem uma seleção prévia, apenas com o objetivo de fornecer lucros aos editores, sem a preocupação de qual conteúdo está sendo entregue as escolas e a sociedade de uma maneira geral, provando que o Governo Federal quer divulgar que está fazendo algo (mesmo que sem a intenção de

realmente promover e favorecer a cultura e educação) e a satisfação dos editores. Caso este Plano de leitura esteja caminhando nessa mentalidade estará caindo na seara dos demais elaborados por gestões do Governo Federal.

Analisando os eixos mencionados ainda percebemos ser prematuro fazer qualquer inferência mais precisa, já que a implementação do projeto está iniciando neste ano de 2007, mas de qualquer modo podemos observar que o discurso é um dos mais fluentes e persuasivos, relativos aos projetos de políticas de incentivo à leitura criadas pelo Governo Federal. Este Plano tem uma vantagem com relação aos demais: além de unir os projetos do Governo Federal, Estaduais e Municipais e agregar Programas como PROLER e outros, ainda busca agregar projetos criados pela própria sociedade, se constituindo, a priori, como um programa que visa unificar as forças do Brasil voltadas para cultura, educação e leitura.

Porém, na prática cremos que a situação seja mais desafiadora e complicada. Primeiramente pelo fato de exigir uma reestruturação no sistema educacional brasileiro, mais especificamente na escola e nas bibliotecas escolares e públicas com investimentos pesados, coisa que o Governo Federal, assim como os estaduais e municipais até hoje não ousaram fazer, com as suas raras exceções.

Mesmo um projeto promovendo ações eficazes e obtendo resultados satisfatórios demandará certo tempo até que vejamos os reais efeitos, o que nos permite constatar a seguinte condição: na teoria, o discurso do PNLL é promissor, mas na prática ainda é uma incógnita. O fato é que se sua atuação for semelhante aos outros programas voltados para a cultura e leitura, os resultados continuarão sendo pífios e a imagem passada será de mais uma vez iludir a sociedade com ações paliativas.

Percebemos assim que educação não é prioridade do Estado e conseqüentemente as práticas de leitura, já que um dos principais objetivos desta é a conscientização do indivíduo, tornando-o cidadão e consciente da realidade em que vive. Porém, é preciso que a educação exista para o Estado e outras autoridades possam imprimir suas ideologias, manipulando a população, já desde a infância.

Silva (1992, p.36) argumenta que “A situação da leitura no Brasil é bastante contraditória: convivem lado a lado, a preparação ‘carente’ do professor de leitura e as

recomendações irrealistas das autoridades educacionais. A política é a do 'deixa como está para ver como é que fica', aumentando dia a dia o volume da crise”.

Assim, ficamos na percepção de que o mais importante não é a apresentação dos programas de incentivo à leitura, nem mesmo o seu conteúdo, mas a sua aplicação, a sua realização, pois as propostas da maioria desses programas são promissoras, mas não atingem os pontos vitais para a obtenção do sucesso, devido a não serem aplicadas.

Não adianta o desenvolvimento de programas educativos, culturais e de leitura que não busquem aderir a um processo de formação do indivíduo de modo constante. O Governo Federal deve tentar compreender e aplicar um pouco do discurso de Paulo Freire (2005) que afirma ser a tríade alfabetização, conscientização e libertação um ponto fundamental para o desenvolvimento da leitura e a formação crítica do ser humano, mas deve estar isento das hierarquias, visando mostrar que a educação não é um processo de depósito da informação, onde os educadores são os depositários e o educador o depositante.

Talvez, a concretização dos programas sociais e de leitura do Governo Federal não tenham logrado êxito pela mentalidade dos projetos, ou seja, a intenção é apenas mostrar a sociedade que existem e que agem, mas, no entanto, as ações não conseguem romper com os atuais ditames da educação brasileira que parece ser sem dinamismo e sem o olhar para a capacitação do professor, o aprendizado crítico do aluno, enfim, sem a noção de crescimento e criticidade.

Falaremos agora sobre a leitura de auto-ajuda, destacando alguns aspectos como o histórico, conceitos e a sua realidade como uma produção que atrai milhões de leitores no mundo. Faremos também a aplicação dos capítulos anteriores sobre cultura e leitura relacionando a auto-ajuda, pois fornecem a base para uma compreensão mais precisa do assunto a ser comentado, já que fatores como Indústria Cultural, Cultura de Massas, leitura e a falta de criticidade, entre outros são características relevantes da auto-ajuda.

4 A LITERATURA DE AUTO-AJUDA E O IMAGINÁRIO DO LEITOR

A literatura de auto-ajuda é considerada na atualidade como uma das mais destacadas no mundo. Diversos motivos levam a esse destaque, mas o fato é que a auto-ajuda tem causado uma série de polêmicas no contexto da crítica atual, tanto para aqueles que gostam, como para os que não concordam ou aceitam este tipo de produção.

A realidade desigual demonstrada na luta de classes, onde se destacam a classe dominante e a dominada, criam nesta segunda a necessidade de um guia, de um padrão ideológico de informação, que o estimule a resolver os problemas cotidianos desta opressão, pois o ser humano, historicamente, já sente a necessidade de responder as questões mais subjetivas da vida, como a resolução dos problemas, as ações diárias, entre outros.

A pós-modernidade traz para nosso cotidiano uma desigualdade social que só cresce, e isso é um acelerador da falta de orientação do indivíduo, pois este fica carente de uma idéia norteadora para a sua vida. Daí surge a auto-ajuda, instrumento apoiado e investido pela própria classe que oprime (a burguesia) para oferecer uma condição de suprimento dos problemas, onde a auto-ajuda passa a ser uma técnica aceitável e persuasiva, passando a se caracterizar como uma “verdade”.

Outro fato é que a auto-ajuda tem se destacado muito como fenômeno da Indústria Cultural, daí se justificando a sua rápida aceitação e a grande quantidade de livros vendidos em todo o mundo.

O gênero auto-ajuda aparece, a priori, como um fenômeno que visa auxiliar o ser humano a lidar com a realidade problemática, estressante e opressora, vivida por várias pessoas no planeta.

Veremos no item a seguir um pouco da história referente à auto-ajuda, visando entender como se iniciou.

4.1 Breve histórico da literatura de auto-ajuda: realidade imposta ou solução real?

Mencionar qualquer coisa relacionada ao gênero auto-ajuda é remeter à realidade do desenvolvimento do sistema capitalista, principalmente no fim do século XIX e início do século XX. Notamos que o advento da auto-ajuda vem das polêmicas do Sistema Capitalista e da divisão de duas classes mais representativas no cenário global: burguesia e proletariado. A burguesia consegue ditar o ritmo das relações econômicas e políticas, moldando o modo de viver da maioria da sociedade, conforme a vontade de um grupo minoritário.

A lógica da produção capitalista é o acúmulo de riquezas nas mãos de uma minoria da sociedade. Para que isso ocorra é preciso que haja poucos exploradores e uma massa infindável de explorados. A base econômica move a história em busca de uma realização dos fins almejados. A ampliação da riqueza material determina também o volume de liberdade individual e de classe sob o capitalismo.

Essa realidade opressora cria no indivíduo uma revolta contra a humanidade, fazendo com que olhe apenas para os seus próprios interesses. De acordo com Rüdiger (apud Nunes, 2002, p. 2):

A qualquer preço o homem procura o prestígio e a distinção, e as formas para a obtenção destes são: a força, a bravura, a inteligência, a sabedoria. A megalomania e o narcisismo são esferas de poder muito nítidas no capitalismo e formam dessa maneira uma grande guerra social que está atrelada ao individualismo. A competição individual e a mobilidade social continuam sendo vigentes por toda parte, agora a competição pela sobrevivência se associou a uma vontade de consumir a própria vida de uma maneira puramente individual, à necessidade de se satisfazer às demandas da subjetividade. Ocorre com isso uma total desvinculação do homem como indivíduo no contexto das relações. Nessa civilização moderna, o indivíduo passou a descartar toda a sua vida pessoal e passou a fazer parte de uma grande organização de coisas e pessoas, que quando totalmente enquadrado nela, perdeu seus valores éticos e espirituais transformando-se cada vez mais racional em uma vida objetiva.

Podemos observar o desenvolvimento de profundas desigualdades sociais no seio da sociedade, estimulando valores que possam colocar os seres humanos em situações política, econômica e culturalmente opostas, através de uma hierarquia.

A partir dessas desigualdades sociais surge um problema ideológico e social para o capitalismo: duas estruturas de autoridade ocupam o mesmo espaço - burguesia e proletariado e ambas requerem as atividades das mesmas pessoas, mas são incapazes de reconhecer sua coexistência complementar.

O problema social evidente é que como a riqueza estava nas mãos de poucos, a desigualdade social tendeu ao crescimento absurdo, fazendo surgir mais proletariados. Com a demanda muito grande dessa classe, a mão-de-obra passou a ficar barata, e isso determinou um baixíssimo nível de emprego e como consequência uma falta de trabalho quase que generalizada.

De acordo com Rüdiger (apud NUNES 2002) a superação dessa crise depende do impedimento da transformação de frustração e do correspondente sentimento de culpa em consciência de classe. A todo instante, é martelado na cabeça do trabalhador que os seus desejos são passíveis de realização, pois, teoricamente, não existem mais barreiras religiosas, morais, sexuais; então qualquer um que seja esperto, dedicado, empreendedor, econômico, talentoso, pode satisfazer-se. O capitalismo guia o indivíduo para uma total dependência dos comandos burocráticos e mecânicos fazendo, desta maneira, com que o sujeito perca suas idéias, valores e fins. Entretanto, o trabalhador, na busca do progresso profissional, precisou não só de uma performance técnica, mas, também, a capacidade de cada sujeito redefinir e gerenciar os sentimentos interiores e condutas pessoais de acordo com as normas e expectativas de sucesso e aceitação social, que lhe são abertas por situações cada vez mais complexas e diferenciadas.

Vendo esta exposição podemos nos perguntar: mas qual relação existe entre essa realidade do sistema e o advento e desenvolvimento da literatura de auto-ajuda? Para responder esta indagação temos que entender a história e para entendê-la é preciso ter a noção de um processo que vai se desencadeando.

Pode-se observar que essa realidade opressora do Capitalismo cria automaticamente no ser humano valores que contribuem para as suas ações individualistas. O primeiro é a própria necessidade de se estabelecer e ter uma vida financeira, social equilibrada; o segundo é consequência do anterior, pois essa necessidade de equilíbrio de vida estimula o indivíduo a se tornar insaciável, querendo adquirir valores como riqueza, prestígio, no intuito de poder se destacar mais do que os outros. O consumismo é antes de mais nada um grande movimento cultural. Talvez o maior na história de nossa cultura desde o Cristianismo, disse Calligaris (1996).

Assim, vão se acentuando as desigualdades na sociedade global em virtude do egoísmo e concentração de renda nas mãos de poucas pessoas e grupos, tornando a maioria dos homens, seres individualistas.

Dessa maneira, o individualismo moderno transformou a condução da vida e o bem viver, lançando o homem em situações confusas, em que o desfrute da liberdade individual vai se tornando cada vez mais problemático e restrito. Esses indivíduos que não conseguem desenvolver o seu potencial vão tentando criar o gerenciamento dos sentimentos e a conduta pessoal de acordo com os padrões capitalistas. Há a busca de um desenvolvimento da personalidade.

É nesse contexto histórico e social que surge uma nova literatura voltada para essa classe de trabalhadores, o movimento de auto-ajuda que representa uma resposta a essa necessidade de desenvolvimento da personalidade. Essa personalidade individual começou a ser constituída a partir do momento que a concorrência individual e a especialização profissional se tornaram mecanismos de sobrevivência. Com este texto, podemos comprovar que o advento da auto-ajuda é fruto do sistema capitalista, pois os publicistas nunca esconderam a vontade de colocar os seus conceitos a serviço do sistema empresarial, capacitar recursos humanos em conformidade com os princípios dominantes na sociedade capitalista. Ou seja, é um movimento que propõe um simulacro de ajuda para o trabalhador, mas na verdade só está alienando-o de forma que melhorando sua capacidade de elevação do potencial em um mercado altamente competitivo, está moldando-o para o melhor desenvolvimento do sistema. (NUNES, 2002).

Ressalta-se que a intenção dos profissionais de Marketing, publicistas, propagandistas, entre outros, com o estímulo a leitura de auto-ajuda não visa ajudar o indivíduo a sair dos problemas que o afligem, mas criar regras que possam manipulá-lo de modo sutil para que não seja bem perceptível no público.

Assim, fundamentado essencialmente no individualismo, a literatura de auto-ajuda foi criada pelo médico e publicista *Samuel Smiles*, em 1859. A origem dessa palavra vem do termo, *self – help* que de acordo com Rüdiger (1996, p. 60-61) significa: “força de vontade, aplicada ao cultivo dos bons hábitos. O conceito chave, não era realização ou prazer, mas caráter. A felicidade individual e o sucesso, não era conseguir qualquer coisa na vida, mas formar um bom caráter”.

No mesmo período, em 1859, na América, já houve o advento do personalismo, uma nova era, onde a autoconfiança e o autocontrole prevaleceriam sobre o dever e os bons hábitos, e onde o pensamento controlaria a força. O movimento da auto-ajuda, acompanhando esses passos, passou a ensinar princípios psicotécnicos, com a finalidade de providenciar a formação de indivíduos carismáticos, e não mais a formação de um bom caráter. Essa transformação ocorreu devido a várias etapas, marcada principalmente pela mudança do conceito de salvação cristã para a moderna noção de sucesso.

Os movimentos de auto-ajuda são conseqüências desse processo, assinalando o momento a partir do qual o sucesso passa a ser medido em relação à própria personalidade. No final do século XIX, esse tipo de literatura já se havia difundido amplamente, adquirindo o aspecto de uma literatura massificada.

Pregando a transformação psicológica e espiritual do indivíduo através da força de seus pensamentos, como meio de transformá-lo num “ser de sucesso” esse movimento denominado de Novo Pensamento, atingiu o ápice nos Estados Unidos entre 1895 e 1915, mostrando à interpretação de que o sucesso é resultado de determinação, ambição, paciência e perseverança, onde pensar e poder estão diretamente relacionados. Em outras palavras, é possível alcançar qualquer objetivo na vida com o uso da mente.

Entende-se que o indivíduo pós-moderno perde sua auto-orientação, fazendo com que necessite de auxílio, da ajuda de manuais que possam estimulá-lo e torná-lo apto a lidar e

resolver os problemas e desafios que enfrentar. Isso tem a ver com aquela crise de sentido que foi mencionada no capítulo um e que desencadeia processos culturais de mediação simbólica. Ou seja, diante de adversidades, o homem cultural lança mão de artifícios simbólicos de resolução dos seus problemas. Atualmente, a literatura de auto-ajuda prega a progressão financeira pela competição, a exploração e manipulação comunicativa, assim como as questões referentes a sentimentos e “relacionamentos amorosos”. O poder da mente possibilita essas realizações no discurso da auto-ajuda. Ou, como dito também no segundo capítulo, os processos de leitura de mundo além de passarem por processos de construção simbólica, passam também por processos cognitivos que emprestam à nossa consciência uma representação do mundo pautada naquilo que sonhamos ou desejamos.

Com essa explanação passamos no item a seguir a analisar uma questão mais conceitual relativa à literatura de auto-ajuda.

4.2 Literatura de auto-ajuda: breve análise conceitual

Como se pode perceber a auto-ajuda tem uma história aparentemente muito atraente pelo fato de auxiliar o indivíduo na resolução de seus problema, bem como ensinando-o a conviver na sociedade, agindo conforme seus interesses, causando um conflito entre as pessoas.

A auto-ajuda incita um conjunto de práticas nas quais o indivíduo é quem vai procurar uma maneira de se reger como sujeito de sua própria vida e se dotar de uma personalidade; mas na verdade acontece que esses mecanismos servem para a ampliação do sistema no qual estamos todos inseridos, fazendo com aquele que o indivíduo oprimido seja o principal componente mantenedor do sistema.

Os conceitos de auto-ajuda variam muito de acordo com a visão do leitor e dos estudiosos sobre o assunto. Há aqueles que propagam uma idéia muito promissora dessa literatura, enquanto outros mostram uma visão mais desalentadora. Encaixamos-nos na segunda opção por considerar que o ser humano merece e precisa compreender as mazelas

que o afligem e que pode ser “feliz” sem depender de práticas individualistas e desagregadoras com relação ao próximo, aprendendo os valores da coletividade, do bom convívio social.

Inicialmente, entendemos que a literatura de auto-ajuda é uma categoria da produção de livros e outros suportes informacionais, enquanto fenômeno da Indústria Cultural. A auto-ajuda é um segmento informacional que visa estimular a idéia de que podemos alcançar tudo o que desejamos através da utilização dos valores internos que possuímos.

Rüdiger (1996, p. 23) fórmula uma explicação conceitual para a literatura de auto-ajuda como sendo:

Um conjunto de práticas articulado textualmente que, embora variado em sentido e campo de aplicação baseia-se em um mesmo motivo, no princípio de que possuímos um poder interior, passível de ser empregado na solução de todos os nossos problemas. O denominador de todas elas é um individualismo segundo o qual o indivíduo precisa procurar dentro de si os recursos necessários para resolver suas dificuldades de vida. Os problemas com que luta, embora se originem de fatores sociais, possuem uma natureza pessoal que não tem nada haver com a sociedade.

Nessa definição de Rüdiger observamos dois termos que são importantes: individualismo e poder interior. Estes termos constituem um processo que pode ser desenvolvido da seguinte forma: o poder interior é a arma ou estratégia que fortifica o indivíduo; o pensamento apenas ou predominantemente em si é o fator principal para se sentir estimulado para finalmente poder resolver o problema ou desafio. Ou seja, é um processo muito rústico e desagregador, que não permite o indivíduo a optar por outras soluções baseadas no pensamento e ações coletivas, pois a pretensão é mostrar que sozinhos podemos conseguir tudo o que queremos de acordo com o nosso poder interior e individualismo.

Outra definição que assinalamos é a de Nunes (2002) quando questiona que a literatura de auto-ajuda se articula na direção de nossa imaginação, pois, antes de mais nada, o pensamento é visual, opera por imagens e essas imagens é que atacam o leitor. Eles pregam que o homem não é bom nem mau, apenas as diferenças de valor entre os indivíduos provêm da capacidade de usar a imaginação, pois aquilo que o indivíduo imagina poderá vir a tornar-se um fato se for sustentado mentalmente com bastante fé. A literatura de auto-ajuda baseia-se na teoria da capacidade mental do indivíduo, ou seja, prega que toda e qualquer pessoa possui

capacidade para obter sucesso em todas as áreas, dependendo para isso, apenas de sua vontade. Esses manuais pretendem ensinar a maneira pela qual devemos conduzir a vida, relacionar-se com outras pessoas, obter reconhecimento profissional, e até mesmo como exercitar sua sexualidade.

Essa definição já amplia mais a abordagem, pois especifica os diversos setores da vida humana que podem ter na literatura de auto-ajuda soluções. Mas não foge do aspecto voltado para o poder da mente da individualização e da resolução dos problemas através dos dois fatores citados.

Não é tão fácil fazer as divisões dos tipos de literatura de auto-ajuda, mas no discurso de Nunes (2002, p. 9) essa literatura pode ser dividida da seguinte forma:

Vertente psicológica: todos os preceitos são ancorados com base em verificação científica. Apóia-se geralmente em Freud, ou em Teorias behavioristas. Segundo essa vertente, tudo na vida do indivíduo se reduz a uma atitude da mente. Essa, divide-se em inconsciente, ego e superego.

Vertente esotérica (ou até religiosa): Segundo os autores, toda a realidade é derivada de crenças; assim desastres financeiros vêm da crença de que não se é digno de ter dinheiro, bem como o sucesso é derivado da crença de que se é digno e bom o bastante para consegui-lo. Dividem a mente em consciente e subconsciente, sendo que nesse último se encontram os poderes infinitos, onde está até mesmo o poder de mover o mundo.

A autora mostra que, embora existam essas diferenças na literatura de auto-ajuda, o intuito é o mesmo: fazer com que o indivíduo saia da situação atual em que se encontra. Nos dois estilos, todas as respostas (positivas ou negativas), são vistas como responsabilidade exclusiva do sujeito, atribuindo somente a ele a causa de seu sucesso ou seu fracasso. A cura apresentada pelos manuais seria a reordenação da mente e dos pensamentos por ela emitidos.

Dessa forma, mudar o pensamento significa mudar sua vida. Com essa breve análise conceitual, entramos no item a seguir com o debate sobre a produção da literatura de auto-ajuda e algumas visões, o desenvolvimento das teorias, que causam muitas divergências e oposições, a partir de sustentações que apóiam este tipo de literatura e outras que contrapõem a idéia de auto-ajuda.

4.3 Como identificar um texto de auto-ajuda: as visões, polêmicas e divergências sobre essa Literatura.

A literatura de auto-ajuda é um fenômeno mundial de grande aceitação, comprovada nas vendas e nas ações dos indivíduos, que procuram aplicar os ensinamentos dessa literatura. Já falamos sobre as teorias que se contrapõem a idéia de que a auto-ajuda é um gênero benéfico para a população, mostrando valores negativos despertados pelo seu conteúdo, como individualismo, competitividade em excesso e outros.

A literatura de auto-ajuda, embora seja muito vendida, ainda provoca um pouco de confusão por apresentar algumas dificuldades de identificação. Numa longa exposição de características dos livros de auto-ajuda, o Jornal o Povo (2007) apresentou algumas maneiras de identificar tais livros que nós sintetizamos aqui em tópicos:

- Preste atenção ao título. Ele começa com a palavra “como” ou “regras”, “poder”, “sucesso”, “segredo”, “paz” e “felicidade”;
- Texto na orelha do livro com uma motivação do seu autor. Contém um discurso em tom de conversa;
- Capítulos curtos, de duas ou três páginas, são uma constante, escritos como tópicos, em parágrafos breves, proporcionando uma leitura rápida.
- O texto dirige-se diretamente para o leitor e utiliza uma linguagem simples e deseja alcançar quem está do outro lado, oferecendo-lhe felicidade;
- Narrativa de exemplos concretos, vendidas como reais que poderiam ser vivenciadas por qualquer um.

Como se percebe, esses livros propõem soluções fáceis para problemas difíceis. Nessa fala notamos que existem os fatores básicos que podem orientar um leitor a entender um texto de auto-ajuda. Para o reconhecimento de qualquer tipo de obra podemos recorrer a esse esquema, pois alguns fatores estão ligados à identificação da leitura de qualquer livro, ou seja, como: Preste atenção ao título; Leia a orelha do título; Folheie a obra; Comece a leitura e Perceba a narrativa. O que o texto tenta mostrar na sua especificidade é como proceder diante desses passos citados.

Questões do tipo, o termo “como”, amostra da experiência pessoal do autor escrita na orelha do livro, capítulos curtos, linguagem simples, exemplos relacionados à realidade são marcas relativas ao texto de auto-ajuda. Como podemos identificar, essa leitura é bem básica e baseada em aspectos relacionados à vida de muitos indivíduos, buscando dar soluções rápidas para problemas rotineiros (ou não), atraindo rapidamente o leitor. Essa facilidade na leitura também é um fator a ser considerado para a atração sentida pelo leitor.

Mostraremos algumas visões favoráveis à auto-ajuda, a fim de que possamos fazer o contraponto com a outra vertente.

A primeira idéia favorável é de que a maioria das publicações de auto-ajuda tem por base a valorização da estima do indivíduo, pregando a idéia de que o sucesso depende de ações que estão ao alcance de todos. Essa idéia sustenta que a facilidade prometida por essas técnicas faz com que o indivíduo a procure, pois um dos maiores bens propagados na humanidade é a comodidade, o fácil acesso e resolução dos problemas.

Muitos leitores já se sentiram entusiasmados pela literatura de auto-ajuda se constituindo em verdadeiros seguidores da idéia, debatendo isso nos mais diversos locais, inclusive nas universidades. A principal identidade está na idéia central de que o melhor caminho para que as pessoas se entendam melhor e, assim, superem dificuldades e se desenvolvam está na “meritocracia”, ou seja, na compreensão de que as respostas de que precisamos estão contidas em nossas subjetividades. (JORNAL DE PSICOLOGIA, 2005).

A segunda é a de que para compreender e concretizar nossos desejos, é preciso que o indivíduo esteja constantemente aberto para estimular sua auto-estima. A auto-estima, segundo Lair Ribeiro (2002, p. 35), é fundamental na conquista do sucesso. Se você não gosta de si mesmo, como vai convencer os outros a gostar? Não adianta se cobrir de ouro, usar roupas finas, se a auto-estima estiver baixa. O problema é que o modo como fomos criados nos leva a não gostar de nós mesmos. Nossa estrutura nos torna auto-críticos demais.

O autor passa a idéia de que questões financeiras, de status ou poder não são necessariamente primárias para o indivíduo, pois sem auto-estima as dificuldades em conquistar estas questões serão bem maiores. O indivíduo precisa ter uma auto-valorização,

colocar pra cima, para que possa mostrar aos outros e conseguir estabelecer essa visão de que é um ser equilibrado, consciente, determinado a conseguir o que quer.

Outra idéia essencial é a de “humanizar” o ambiente de trabalho, pois as pessoas acabam recorrendo a um recurso impessoal (livro) para justamente combater a frieza e impessoalidade do trabalho, cumprindo a função de substituir a relação com o outro (chefe, pai, conselheiro ou qualquer outra autoridade). Afinal, o outro não está sempre disponível, não está na ‘prateleira’. O livro serve, então, como um mediador mudo das relações, pois observa-se no indivíduo uma carência muito grande no que se refere as suas próprias tomadas de decisão. Daí, a necessidade de recorrer a literatura de auto-ajuda.

Diante dessas três idéias algumas contribuições aparentes para aqueles que sustentam a idéia da literatura de auto-ajuda, principalmente lendo os livros são: ocupam um espaço, antes vazio, na busca de respostas; preenchem as expectativas de dar rumos a situações obscuras; oferecem maior segurança para lidar com o cotidiano de trabalho; encaminham ações e confirmam ou criam novas perspectivas ou percepções.

Os livros são normalmente indicados ou recomendados pelos colegas de trabalho, amigos e parentes. Muitos também escolhem os livros pela indicação de revistas, na internet ou mesmo sem critérios: simplesmente vão à livraria e compram o livro com o tema ou título mais interessante. Entre os mais citados estão “O Monge e o Executivo”, “Quem Mexeu no Meu Queijo?”, “Pai Rico, Pai Pobre”, “A Arte da Guerra”, “O Segredo” e “O Sucesso é ser Feliz”. Os autores mais lembrados são Lair Ribeiro, Içami Tiba, Roberto Shinyashiki e Augusto Cury.

Essas são algumas idéias que estimulam a leitura da auto-ajuda e satisfazem muitos indivíduos. Destacamos agora as idéias desfavoráveis sobre a literatura de auto-ajuda destacando que grande parte da análise sobre cultura (Indústria Cultural, Cultura de Massas), histórico e conceito de auto-ajuda já contribuem com essa visão.

Em primeiro lugar, o grande problema de quem faz severas críticas ao gênero da auto-ajuda é que não procuram sequer estudá-lo, saber de suas idéias, a fim de tecer críticas mais consistentes. Isso cria um desconforto na análise sobre essa literatura, pois como existe uma

maneira passional de ser favorável à idéia, acaba se constituindo uma forma passional desfavorável de contraposição.

Uma questão central é até que ponto essas “técnicas de auto-ajuda” podem interferir ou mesmo atrapalhar o trabalho dos psicoterapeutas. A auto-ajuda, para se tornar mais consistente ao seu público, usa e abusa dos conceitos teóricos e técnicos das ciências psicológicas, banalizando-os e, muitas vezes, distorcendo-os. A diferença entre a intervenção de um “guru” da auto-ajuda e a de um psicoterapeuta está no fato de que o primeiro supostamente já sabe tudo o que se passa nos indivíduos. Esperamos que ele possa ser uma espécie de oráculo. Já o psicoterapeuta é um profissional que investiga, que pergunta, que busca saber e conhecer e que, portanto, não sabe de imediato, mas saberá através do ‘outro e com o outro’. (JORNAL DE PSICOLOGIA, 2005).

Por isso, psicólogos que produzem auto-ajuda já se distanciaram do fazer psicológico, defende. O psicologismo casuísta de auto-ajuda pode ser considerado nocivo, porque propõe soluções milagrosas e imediatistas para qualquer problema e para qualquer pessoa. Em se tratando de problemas humanos, tudo aquilo que contém receitas milagrosas é suspeito de seriedade. Isso poderá embaraçar as pessoas diante de um processo terapêutico sério e, na maioria das vezes, lento.

Mas a principal oposição entre o discurso de auto-ajuda e a Psicologia está no compromisso social. As “técnicas de auto-ajuda” pretendem passar receitas de como progredir profissionalmente, financeiramente e priorizam um narcisismo exacerbado em detrimento da vida em sociedade, no que espelham o modelo individualista competitivo estimulado pelo capitalismo neoliberal. Se as pessoas estão individualistas e isoladas, a literatura de auto-ajuda é, ao mesmo tempo, produtora e produtora disso. Produtora, pois propõe a resolução dos problemas do indivíduo pelo próprio indivíduo; e produtora, porque absorve aquilo mesmo que produziu; ou seja, é exatamente esse público que consome o discurso da auto-ajuda. No contexto da “auto-ajuda”, o outro assume o papel do concorrente ou da “coisa” a ser conquistada. O ‘psicologismo’ da auto-ajuda contrapõe-se a qualquer Psicologia que possua um compromisso coletivo, pois ele reforça o individualismo em detrimento dos laços sociais. Isso significa dizer que as pessoas são cada vez mais incentivadas a se preocuparem consigo mesmas” (JORNAL DE PSICOLOGIA, 2005).

Com essas breves explicações de idéias favoráveis e desfavoráveis entendemos que a literatura de auto-ajuda não deixa de ajudar os indivíduos, porém, esse auxílio é perigoso, pois pode jogar os indivíduos uns contra os outros, através de competições (algumas desleais) podendo concretizar a conquistas de algumas pessoas em detrimento das outras, através desse individualismo exacerbado.

Essa literatura de auto-ajuda pode ser tão perigosa, que devido ao individualismo exacerbado pode prejudicar muito os outros seres humanos. Chagas (2001, p. 51) afirma sobre o perigo das técnicas de auto-ajuda e exemplifica através de um escritor dessa literatura:

Lair Ribeiro, com “onipotência de pensamento” e agudeza de espírito invejável a qualquer fascinador, baseado na programação neurolinguística, agora também em fitas cassete gravadas e editadas pela Sony Music, ensina como adquirir habilidades para “manipular” pessoas através da comunicação. Chamou a comunicação global como a mágica da influência. O que ele ensina, como um mestre criterioso da comunicação e da persuasão, são técnicas surpreendentes e fascinantes de como implicar os outros naquilo que “eu” desejo e como fazer com que os outros pensem e se comportem da maneira que “eu” quero, para assinar contratos e fechar negócios. Esse pregador da auto-ajuda nega qualquer relação humana que esteja calcada naquilo que se conhece, em comum, como os “bons princípios de moral e ética”, que diga respeito às relações de honestidade, amizade e confiança mútua.

Esse discurso mostra que além do individualismo provocado nas pessoas, as técnicas da auto-ajuda podem promover um forte poder de manipulação, dominação e o desprezo a valores éticos e morais, como a honestidade, confiança, coletividade, entre outros. O motivo principal desse discurso está relacionado ao desejo de ganhar dinheiro, de lucrar, tanto dos escritores, como dos editores. Por isso, tem sido tão fácil produzir a literatura e desenvolver a cultura da auto-ajuda, pois os investimentos são grandes. Outro aspecto é que esse processo de manipulação pode servir para qualquer área da vida humana: espiritual, psicológica, pessoal, profissional, emotiva, etc. O mais importante nessa teoria é o ser humano conseguir o que quer do jeito que quer. Para se compreender a cultura da auto-ajuda e sua aceitação como produto de consumo e mercado é preciso ter a noção de que é representada pela cultura das indecisões, dos receios, das dúvidas, da busca por uma resolução simbólica para seus problemas reais.

A auto-ajuda não promove no indivíduo a criticidade de ver um mundo mais humano, coletivo, com soluções mais pacíficas, mas sim estimula a importância da individualidade, da

auto-estima, mesmo que as conseqüências estejam relacionadas ao desentendimento e aversão entre as pessoas.

Outro aspecto é que o motivo principal da existência da literatura de auto-ajuda não tem como objetivo principal ajudar as pessoas, mas estimular o consumo e lucros para editores, autores e os profissionais envolvidos com essa área, como publicistas, propagandistas e marketeiros.

Este aspecto negativo da auto-ajuda será destacado no item, a seguir, mostrando a relação direta dessa literatura com a indústria Cultural.

4.4 Literatura de auto-ajuda: produções atreladas à Indústria Cultural

Conforme vimos no primeiro capítulo, a intenção da Indústria Cultural é impor ao indivíduo um consumo exacerbado, a fim de promover lucros para os empresários, comerciantes, editores, entre outros. A produção da auto-ajuda é um dos ramos da Indústria Cultural que manipulam a população e gera um lucro exorbitante.

Um aspecto que prova ser a literatura de auto-ajuda atrelada a Indústria Cultural é que os livros são atrativos pelo fato de terem uma linguagem de fácil absorção. Clichês são muito utilizados, facilitando o consumo. As respostas dadas para o problema são colocadas através de fórmulas e exercícios, tornando esses manuais uma mercadoria de consumo de massa. Esses livros utilizam-se das figuras de linguagem e principalmente da persuasão para vender fórmulas padronizadas e obter sucesso de vendagem. Esses são aspectos da Indústria Cultural.

É perceptível a maneira como os autores tomam o indivíduo como uma constante possibilidade, uma tábula rasa, que pode vir a ser o que quiser. É ele quem possui o controle de suas capacidades, como também, o livre arbítrio para escolher o que deve ser feito. Tem que acertar sempre, tem que ser bom em tudo, e ser feliz em todos os momentos. E é para isso que os livros supostamente nasceram, para torná-lo um ser completo, feliz, sem problemas de

ordem alguma. Na verdade, o que acontece realmente, é que por ser um produto da Indústria Cultural acaba por massificar o leitor. (NUNES, 2002).

Pegando alguns pontos básicos da vida de qualquer pessoa, como por exemplo, problemas com família, com dinheiro, com os amigos, etc., os autores generalizam o modo de ver, pensar, e sentir de cada um, caracterizando uma indistinção básica entre eles. Suas particularidades acabam por tornar-se desprezíveis, e os problemas e soluções acabam sendo os mesmos para todas as pessoas. As únicas “perturbações” reais que podem interferir na vida das pessoas, seriam as chamadas “marcas morais”, que seriam causadas pela vida em sociedade e principalmente pelas relações no núcleo familiar (infância).

Os distúrbios mentais são causados pelos “males da civilização moderna, e sua vida caótica”, como também pelo passado do indivíduo. Os padrões morais perpetuam-se até o presente, acarretando o mau funcionamento da mente. Alguns autores apóiam suas teorias em Freud, citando o inconsciente, o ego e o superego. No inconsciente são alojados os conteúdos naturais perniciosos (os instintos), como também as relações primeiras (a infância). Porém, é cabível ao indivíduo o controle de todas as situações.

As únicas características que não podem ser controladas são as genéticas. Tudo o que é pensado é passível de controle, mesmo que isso esteja em seu inconsciente (mais uma vez a responsabilidade individual). O passado deve ser excluído da mente, fazendo com que o sujeito se torne outra pessoa, basta apenas que queira. As perturbações têm que ser debeladas através do auto-controle e auto domínio.

A prova que o crescimento da literatura de auto-ajuda e do controle de manipulação exercido na população está exposto na idéia de Asbahr (2005) que fala ser a venda de livros de auto-ajuda um verdadeiro sucesso; a maioria das livrarias tem na sua decoração e vitrine livros de auto-ajuda, visando atrair o público. A oferta em diferentes lugares, tais como bancas de jornal, supermercados, locadoras de vídeo/DVD e até em farmácias confirma a grande demanda por esses livros.

Nos últimos 08 anos, o segmento cresceu mais de 700%, enquanto o mercado editorial como um todo aumentou 35%. Só em 2004 3,4 milhões de livros de auto-ajuda forma para o mercado⁵.

No Brasil, dados da Câmara Brasileira do Livro – CBL – mostram que no ano 2000 o segmento das “obras gerais”, no qual se inserem os livros de auto-ajuda, cresceu 7%. Entre 1997 e 1998, as vendas desse segmento dobraram, passando de 1,1 milhão para 2,1 milhões de exemplares vendidos. Em 1994, elas não ultrapassavam a 411,9 mil exemplares (JORNAL DE PSICOLOGIA, 2005).

Assim, comprova-se que a crise da modernidade e a forte influência da Indústria Cultural são fortes fatores que incitam as pessoas a buscarem a literatura de auto-ajuda. Um forte apelo para a manutenção do elevado consumo dos livros de auto-ajuda é os Meios de Comunicação usam um método eficaz de persuasão - o sensorial-emocional. Eles não argumentam racionalmente, procuram antes cativar seus receptores pela emoção. Um belo exemplo disso são as novelas da Rede Globo. Os Meios de Comunicação de Massa produzem uma parcela populacional apática e inerte. A informação é recebida passivamente, há um conformismo sócio-político quanto à recepção de estereótipos culturais, as pessoas só conhecem aquilo que a mídia enfoca.

Nos países Capitalistas a “massa” é resignada através de medidas paliativas como a inserção destas no mundo do consumo. Porém, as demandas nunca são satisfeitas completamente e os indivíduos vivem numa eterna ansiedade. Nos países Capitalistas a “massa” é mantida quieta através de medidas paliativas como a inserção destas no mundo do consumo. Porém, as demandas nunca são satisfeitas completamente e os indivíduos vivem numa eterna ansiedade.

Assim, o consumo e a riqueza também são aspectos muito valorizados pelo discurso da auto-ajuda, como conquistas e reconhecimento na sociedade. Fernandes (1983, p. 123) questiona que:

⁵ Revista VEJA/ano 35, n.45/13 de novembro de 2002. Editora Abril.

A maioria das pessoas nos julga pela conta corrente que temos nos bancos, pelo carro e roupa que usamos, pelo restaurante que freqüentamos, quem quer que sejamos. Muitos manuais de auto-ajuda reforçam a condição de que se a pessoa tem dinheiro, é bem recebida em todos os lares e casas comerciais e as oportunidades não lhe faltarão. Todas as atenções lhes são prestadas; é um príncipe e, como tal, tem direito as melhores coisas da terra.

O discurso da auto-ajuda prega um valor de aparência, pois o meu valor é determinado pelo que se tem, principalmente de bens materiais e não do que nós somos. Ou seja, é a famosa relação do ser e ter em que na auto-ajuda importa ser reconhecido, mostrar pra sociedade os bens materiais, financeiros que possuímos, no sentido de expor uma idéia de diferenciação hierárquica entre as pessoas e estabelecer ou manter a relação do dominante e dominado.

Porém, dentro desse contexto há um certo controle das elites, já que esse setor hegemônico tem função de funil para administrar o que é próprio e alheio. Podemos atuar como consumidores nos situando como o mercado regula, mas também podemos exercer como cidadãos uma reflexão mais ampla que leve em conta as múltiplas potencialidades dos objetos nos variados contextos em que as coisas nos permitem encontrar com as pessoas. No caso do consumo da literatura de auto-ajuda normalmente ocorre à opção de ser manipulado pela regulação do mercado.

Podemos observar que o discurso da auto-ajuda é característico do ideal do consumo, no sentido de que tudo na vida (felicidade, sucesso, etc.) está ligado à aquisição de bens materiais. Assim, o indivíduo que conseguir a posse de muitos objetos de elevado valor financeiro alcança o seu reconhecimento nos diversos setores da vida, como o pessoal, social, profissional, psicológico. (símbolos/gerar comportamentos).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura de auto-ajuda tem causado uma série de polêmicas, mas também tem sido aceita por uma grande parte da população mundial. O presente trabalho buscou fazer a análise sobre a literatura de auto-ajuda chamando dois elementos para dar sustentação: cultura e leitura.

Pode-se afirmar que a pretensão deste trabalho não é esgotar os questionamentos referentes à literatura de auto-ajuda, às implicações culturais presentes nesse fenômeno ou como se dão todas as implicações no âmbito da leitura, mas, a partir dessas indagações, estimular novos debates e discussões que possam aperfeiçoar a temática, através de reflexões embasadas, que possam informar o leitor. O trabalho também procurou mostrar uma visão contrária à literatura de auto-ajuda por diversos motivos: o estímulo de valores que prejudicam a sociabilidade na pós-modernidade, como o individualismo, a manipulação, a alienação e dominação, dentre outros.

Constata-se que a cultura é uma categoria muito ampla na sociedade, pois tem um histórico cheio de questionamentos, assim como suas origens remontam a diversas explicações, como o advento da representação de símbolos e das normas. Notamos que a cultura também tem um conceito bastante diversificado e para que haja uma melhor compreensão é preciso analisar a evolução conceitual deste termo, que começou a ganhar notoriedade no início da Idade Moderna, através do cultivo da terra, tendo uma adaptação para o cultivo da mente.

No fim do século XIX, a cultura ganha um importante aliado para adquirir uma concepção mais consistente que é a disciplina de Antropologia. Esta é quem pondera e contesta os principais conceitos de cultura, como o antropólogo Claude Lévi-Strauss e outros estudiosos, como Edgar Morin. A partir daí a cultura é vista através de um campo associado de fatores, que a constitui como algo imprescindível para a humanidade, que são os fatores sociais, políticos, educacionais e outros, pois contribuem amplamente para a existência e ação da cultura.

Analisamos também a partir do fim do século XIX a banalização da cultura, através do surgimento da Indústria Cultural, que propagou a idéia da Cultura de Massas, atribuindo uma idéia comercial à cultura, ou seja, empresários, comerciantes, editores, publicistas, marketeiros e propagandistas se preocupavam em lucrar através da venda de livros, anúncios no rádio e cinema, enfim, nos Meios de Comunicação de Massa, na tentativa de manipular a sociedade e adequá-la aos seus interesses.

A Indústria Cultural se desenvolve rapidamente, tendo aderência das elites, principalmente, e conquistando com facilidade grande parte da sociedade. Porém, teve também opositores, como os membros da Escola de Frankfurt, tendo como precursores do movimento Adorno e Horkheimer.

Quando abordamos a leitura, já aproveita-se a bagagem relativa a cultura, o que nos faz refletir sobre a sua história e seus conceitos, notando que a leitura é um dos aspectos fundamentais para a conscientização do indivíduo, mas em seu contexto histórico, está voltada apenas para um grupo da elite. No Brasil, tem-se um prognóstico de que a leitura passou quase três séculos (XVI ao XVIII) nas mãos do corpo religioso e de pessoas com melhores condições financeiras, sendo a maioria esmagadora da população analfabeta. Mesmo com a chegada da Coroa Portuguesa e a Independência do Brasil, este número de analfabetos continuou altíssimo, o que impedia a formação de uma camada mais consciente e até mesmo de uma mão-de-obra mais qualificada para atividades agrárias, principalmente.

Quando se questiona o conceito de leitura percebe-se que existem diversos estudiosos, que expõem suas idéias, como, por exemplo, leitura em termos de decodificação de um texto, leitura relacionada à escrita. Mas procuramos chegar a um resultado que demonstra o caráter amplo do conceito de leitura que é a visão sobre a realidade, o aprendizado sobre as questões cotidianas, humanas, sociais, políticas que norteiam a humanidade. Este conceito é baseado na idéia da leitura relacionada à criticidade, quando o indivíduo deve buscar apreender além de uma simples decodificação de um texto, mas saiba entendê-lo, interpretá-lo, aplicar o conhecimento a sua realidade. A leitura é algo essencial para o ser humano, pois o trabalho mostra que é uma prática social, algo que não deve ser estudado isoladamente, mas composto por todas as esferas que compõem uma nação: política, cultura, economia, questões ambientais, etc.

Chega-se também ao entendimento de que a leitura historicamente e no seu conceito não consegue progredir na prática por falta dos investimentos, das políticas de incentivo à leitura. Muitos projetos são feitos, com um discurso até que esteticamente bem elaborado, mas a aplicação deste discurso fica muito aquém daquilo que a sociedade precisa. Cita-se vários programas de leitura feitos ao longo da história dos governos e que pouco tiveram significação, sendo apenas paliativos, visando mostrar a sociedade que algo estava sendo feito. Destacam-se dois Programas do Governo Federal no trabalho: PROLER e PNLL.

No primeiro observa-se uma proposta bem elaborada, mas desde a sua criação, vemos uma instabilidade muito grande por falta de investimentos governamentais e por uma crise em sua gestão, já que o Programa, coordenado pela Fundação Biblioteca Nacional, passou um tempo sem um órgão gestor e muitas vezes a FBN era apenas um órgão que tinha a institucionalidade de gerir, mas não o fazia na prática, de modo a contemplar as propostas do Projeto.

Quanto ao PNLL, este é o mais novo Plano de Leitura lançado no fim de 2006, o que não permite uma inferência mais precisa, mas procuramos destacar este Projeto, pois é o que aparenta ter a melhor proposta de todos já elaborados, uma vez que busca participar com todos os setores da sociedade: políticos, empresas, profissionais qualificados e a própria sociedade de uma maneira geral, que queira contribuir com os seus projetos. O PNLL tem quatro eixos, com várias possibilidades de ação e que contempla, no discurso, muito do que é necessário para um projeto de leitura mais convincente.

Na abordagem sobre a literatura de auto-ajuda consegue-se fazer a associação com os capítulos anteriores, mostrando que é a literatura que mais cresceu no mundo durante as últimas décadas, mas possui uma série de opositores, estudiosos, que consideram esse gênero, como uma técnica de manipulação, estímulo de valores que podem jogar as pessoas umas contra as outras.

Percebe-se isso através do histórico da auto-ajuda, quando teve seu advento da luta de classes do Sistema Capitalista nas últimas décadas do século XIX, onde a existência de uma classe dominante e dominada era comum (burguesia/proletário), estimulando profissionais propagandistas e publicistas, empresários, editores, e outros envolvidos com os Meios de

Comunicação de Massa a desenvolverem uma teoria que valorizasse o indivíduo mais oprimido, mostrando que tudo o que quisesse poderia conseguir através da força da mente. Vai se desenvolvendo um individualismo muito forte no ser humano e a literatura de auto-ajuda vem com o propósito de estimular no ser humano as conquistas por meio de técnicas que valorizem a mente humana, em que o homem é dono de si e capaz de conquistar o que deseja, nos mais diversos setores da vida (profissional, pessoal, afetivo, espiritual e outros).

A prova desse histórico e conceito serem desenvolvidos dessa forma é que a literatura de auto-ajuda é fruto da Indústria Cultural, tendo nos seus livros e anúncios as marcas dessa Indústria. Inclusive mostramos no trabalho como identificar um livro que seja de auto-ajuda através cinco passos básicos que norteiem o leitor. Como esse gênero tem uma linguagem fácil e atrativa, estimula a leitura, pois é algo que para o indivíduo terá resultados práticos.

O fato é que as visões sobre auto-ajuda têm sido as mais diferenciadas possíveis: Alguns apóiam – principalmente os autores e editores que lucram com essa técnica e há os estudiosos que percebem ser a literatura de auto-ajuda nociva a sociedade, pela supervalorização do caráter comercial e pela demonstração de valores que chocam a sociedade, tornando o indivíduo impulsivo e propício a fazer de tudo para conquistar o deseja.

Afirma-se que nossa visão é contrária as idéias propagadas pela literatura de auto-ajuda por alguns desses aspectos citados nestas considerações e outros diversos questionados no presente trabalho. Evidente que o gênero da auto-ajuda tem a vantagem de tentar manter o ser humano equilibrado, forte, mas os resultados conseguem satisfazer apenas uma elite, em termos econômicos e políticos e deixa a sociedade em “estado de guerra”.

Após o estudo realizado a partir do surgimento e da conseqüente contextualização histórica e conceitual da auto-ajuda, assim como a valorização pela busca de fatores culturais, sociais, políticos e educacionais que estão relacionados direta ou indiretamente a realidade deste assunto, pudemos perceber que sua aparição não veio do acaso. Assim, esperamos ter contribuído para novas análises referentes à literatura de auto-ajuda.

REFERÊNCIAS

ASBAHR, Melissa Cristina Correa. **Os Professores Leitores dos Livros de Auto-Ajuda para Crianças.** 2005. Disponível em <http://libdigi.unicamp.br/document/?view=vtls000351869>: Acesso em 17 ago. 2007.

BERTONI, Luci Mara. Arte, Indústria, Cultura e Educação. Campinas, **Caderno Cedes**, vol.21 no.54 ago. 2001.

BORGES, Antonio Fernando. **Das loucuras de Dalí à lógica do texto.** 2005. Disponível em: <http://portalliteral.terra.com.br/literal/calandra.nsf/0/7D49C248332AC12E03256F8500613066?OpenDocument&pub=T&proj=Literal&sec=Agenda> Acesso em: 11 out. 2007.

BRASIL/MINISTÉRIO DA CULTURA. **Plano Nacional do Livro e da Leitura.** Brasília: 2007. Disponível em: www.pnll.gov.br Acesso em: 27 out. 2007.

CALLIGARIS, Contardo. **Crônicas do individualismo cotidiano.** São Paulo: Ática, 1996. 264p

CHAGAS, Arnaldo. **A Ilusão no Discurso da Auto-Ajuda e o Sintoma Social.** 2 ed. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2001. 127p.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: Do leitor ao navegador.** São Paulo, SP: UNESP, 1999.158p.

COHN, Gabriel. **Comunicação e indústria cultural:** leituras de análise dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações da opinião pública, propaganda e 'cultura de massa' nessa sociedade. 3. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1977. 406p.

CORTINA, Arnaldo. **História da Leitura no Brasil: 1960-2000.** São Paulo: 2006. Disponível em: <http://gel.org.br/4publica-estudos-2006/sistema06/178.pdf>. Acesso em: 22 out. 2007.

DMITRUK, Hilda Beatriz (Org.). **Diretrizes de Metodologia Científica.** 5. ed. Chapecó: Argos, 2001.

ECCO, Idanir. **A prática educativa escolar problematizadora e contextualizada: uma vivência na disciplina de história.** Erechim, RS: EdiFAPES, 2004.

FERNANDES, Hermes. **Edifique seu futuro.** Rio de Janeiro: Rabaço, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 45. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. 213p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 206p.

GONZAGA, Sergius. **A Cultura de Massas na década de 1930.** São Paulo: 2003. Disponível em: <http://educaterra.terra.com.br/literatura/romancede30/2003/07/07/000.htm> Acesso em: 19 out. 2007.

JORNAL DE PSICOLOGIA. **Sociedade: mercado de auto-ajuda vende individualismo e falsa felicidade.** São Paulo: 2001. Disponível em: http://www.crsp.org.br/a_acerv/jornal_crp/126/frames/fr_sociedade.htm Acesso em: 12 nov. 2007.

KLEIMAN, Ângela. **Texto e leitor: aspectos, cognitivos da leitura.** 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 1997. 82p

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa.** 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil.** 2.ed. São Paulo: Ática, 1998. 374p.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: Um Conceito Antropológico.** 7. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1992. 116p.

LIMA, Justino Alves. **Leitura Zero.** [S.l]: 2004. Disponível em: http://www.ofaj.com.br/textos_conteudo.php?cod=3 Acesso em: 29 out. 2007. Artigo publicado no Jornal da Cidade, Coluna Opinião, B-2, Aracaju, 01.03.2003.

LUCKESI, C. C. (et. al.) **Universidade**: uma proposta metodológica. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003. 93p

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial**. Brasília: Briquet de Lemos, 2006. 259p.

MORIN, Edgar; NAHOUM, Irene. **Cultura de massas no século XX**: o espírito do tempo. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986. 204p.

_____. **Cultura de Massas no século XX**: neurose. Tradução de Maura Ribeiro Sardinha. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1997.

NASCIMENTO, Erinaldo Alves do. A informação, a Cidadania e a Arte: elos para a emancipação. João Pessoa, **Revista Informação & Sociedade**, v.7, n1, 1997.

NUNES, Glauciana E. M. **Sucesso ou Fracasso**: auto-ajuda como solução ou ilusão? Salvador:2002.Disponível:http://repositorio.portcom.intercom.org.br/dspace/bitstream/1904/19217/1/2002_COMUNICACOES_NUNES.pdf Acesso em: 16 out. 2007.

PROLER/FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **PROLER**: concepção, diretrizes e ações. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1998. 19p.

QUEIRÓS, Amanda. Auto-ajuda: livros que curam. **Jornal o Povo**, Fortaleza, 1 julho 2007. Vida e Arte, p. 4, 6 e 10.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo. **Dicionário de Comunicação**. São Paulo: Ática, 1995.

REIS, Sandra Loureiro de Freitas. **Elementos de uma filosofia da educação musical em Theodor W. Adorno**. Belo Horizonte: Mãos Unidas, 1996.

RIBEIRO, Lair. **Auto-estima**. 7 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

RUDIGER, Francisco: **Literatura de auto-ajuda e individualismo**. Porto Alegre: Editora Universidade. UFRGS, 1996.

SALOMON, D. V. **Como fazer uma monografia**. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SANTOS, Andréa Paula dos. **Trajetórias da História Social e da Nova História Cultural: cultura, civilização e costumes no cotidiano do mundo do trabalho**. Paraná: 2006. Disponível em: http://www.pg.cefetpr.br/ppgep/Ebook/cd_Simposio/artigos/mesa_debates/art3.pdf Acesso em: 22 out. 2007.

SILVA, Daniel Ribeiro da. Adorno e a Indústria Cultural. Maringá, **Revista Urutágua** Ano I - Nº 04 - Maio de 2002 – Quadrimestral.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Criticidade e leitura: ensaios**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998. ALB, 111p.

_____. **Leitura & realidade brasileira**. 5. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997. 104p.

_____. **O ato de ler: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da literatura**. 6. ed. São Paulo: Cortez: 1992.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes. 1995. 427p

YUNES, Eliana. **Pensar a leitura: complexidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2005. 178 p.